



**Universidade Federal do Amapá
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

KARINA NYMARA BRITO RIBEIRO

**AS CASTANHEIRAS: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO
ALTO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ NO AMAPÁ**

Macapá
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

KARINA NYMARA BRITO RIBEIRO

**AS CASTANHEIRAS: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DO
ALTO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ NO AMAPÁ**

Monografia apresentada ao curso de Ciências sociais da Universidade Federal do Amapá, como exigência parcial à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sergio Monteiro Filocreão.

Macapá
2013

KARINA NYMARA BRITO RIBEIRO

**AS CASTANHEIRAS: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DA RESERVA
EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ NO AMAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada ao curso de Ciências sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em: 18/04/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. - Antônio Sergio Monteiro Filocreão
Universidade Federal do Amapá

Prof. Dr. - Manoel de Jesus de Sousa Pinto
Universidade Federal do Amapá

Prof. MSC. - Luciano Magnus de Araújo
Universidade Federal do Amapá

*À minha querida mãe
Ao meu amor Gabriela Wanny
E as minhas irmãs e sobrinhos amados*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela presença constante em minha vida.

Às mulheres Castanheiras que foram indispensáveis à realização deste trabalho, em especial Elziane Ribeiro que me hospedou em sua casa junto de sua família durante a realização da pesquisa de campo.

Minha Mãe por sempre me apoiar nessa caminhada, às minhas irmãs que estavam sempre dispostas a me ajudar.

Agradeço do fundo do coração, ao amor, carinho, atenção e compreensão que minha amada filha Gabriela sempre disponibilizou a mim, mesmo sendo tão pequena abria mão da minha presença física, entendendo que deveria me dedicar a realização deste trabalho.

Aos amigos conquistados, onde partilhamos sonhos, objetivos, metas e grandes aventuras, tanto intelectuais como de vida concreta, em especial Rosiene Flores, Suzany Rodrigues e Lene Moraes.

Ao Professor Filocreão pelos momentos compartilhados, de reflexões e diálogos que foram de grande importância a mim. Agradeço pela presente orientação, pela paciência de corrigir meus erros e por me conceder significantes experiências acadêmicas. Minha sincera admiração por este profissional e intelectual.

Ao conjunto da instituição UNIFAP que me proporcionou uma multiplicidade de experiências que me formaram, tanto como profissional como pessoa, que hoje realizou este estudo.

Este trabalho não seria completo sem as informações do Conselho Nacional das Populações Tradicionais – CNS, Associação dos Trabalhadores Extrativista do Alto Cajari - ASTEX-CA, de Sandra Matos e Francimar Pereira.

“É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separa do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”.

Simone de Beauvoir

“Quem não se movimenta não sente os grilhões que o prendem”

Rosa Luxemburgo

RIBEIRO, Karina Nymara Brito. As Castanheiras: A Organização Política Das Mulheres Da Reserva Extrativista Do Rio Cajari No Amapá. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá.

RESUMO

A RESEX Cajari criada em 12 de Março de 1990 está localizada no sul do Amapá entre os Municípios de Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Mazagão. A região tem passado por diversas transformações sociais, política e econômica, na atual conjuntura encontra-se a presença de algumas organizações políticas que buscam por melhores condições de vida á essas populações locais. Constatou-se ao longo deste trabalho a exclusão em que viveu as mulheres, e, principalmente, as rurais que vivem em condições bem discrepantes que as urbanas e os movimentos sociais se constituem como oportunidade de contestação dessas condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Com isso, o estudo teve em analisar a Organização Política das Castanheiras do alto RESEX Cajari, que se manifestam através das associações AMAC e AMOBIO com intuito de gerar renda e emprego as suas associadas. Objetivou-se entender como se deu o surgimento da organização política dessas mulheres e a criação dessas associações supracitadas, focalizando as possíveis transformações que a presença dessas associações proporcionou à vida das participantes, no tocante a renda, participação política, meio ambiente e relação mulher, trabalho e família. A metodologia desenvolvida se deu através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, além do entrecruzamento de informações orais e documentais, das análises e interpretações alcançadas constatou-se que essas associações desempenham um importante papel dentro da reserva criou-se por meio destas uma alternativa socioambiental que proporcionou as mulheres dos castanhais sua autonomia econômica, melhor participação política e mudanças nas relações de gênero, além de outro ponto de vista com relação às questões sociais, políticas e culturais.

Palavras-chaves: Movimentos sociais, Mulher; Meio Ambiente; RESEX - Amapá.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito. As Castanheiras: A Organização Política Das Mulheres Da Reserva Extrativista Do Rio Cajari No Amapá. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá.

ABSTRACT

The RESEX Cajari created on March 12, 1990 is located in southern Amapá between the municipalities of the Orangery Jari Jari Victory and Mazagan. The region has gone through various social, political and economic, in the current situation is the presence of some political organizations who seek better conditions of life to these populations. It was found in this work that the exclusion lived women, and especially those living in rural and urban areas and discrepancies that social movements are constituted as an opportunity to challenge these social, economic, political and cultural. Thus, the study adhered to analyze the Political Organization of the high Castanheiras RESEX Cajari, manifested through associations with AMAC and AMOBIO order to generate income and employment its affiliates. This study aimed to understand how was the emergence of the political organization of these women and the creation of these associations above, focusing on the possible changes that the presence of these associations provided the lives of participants, with respect to income, political participation, environment and respect woman, work and family. The methodology developed was through literature review and field research, beyond the intersection of documentary and oral information, analyzes and interpretations reached it was found that these associations play an important role within the reserve was created through these alternative environmental which provided women the chestnut economic autonomy, political participation, best and changes in gender relations, as well as another point of view with respect to social, political and cultural.

Keywords: Social Movements, Women, Environment, RESEX - Amapá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Região sul do Amapá	48
Mapa 2 - Unidades de Conservação Ambiental no sul do Amapá (RESEX-CA).....	49
Mapa 3 - Áreas de extrativismo vegetal do Amapá	50
Fotografia 1 - Sede da ASTEX- CA	52
Fotografia 2 - Área externa da cozinha comunitária da AMAC.	59
Fotografia 3 - Área externa da cozinha comunitária da AMAC.	59
Fotografia 4 - Feira Popular Comunitária	60
Fotografia 5 - Feira Popular Comunitária (Divisão por Box)	61
Fotografia 6 - Etapas da produção do biscoito da Castanha-do-Brasil.....	62
Fotografia 7 - Cozinha Comunitária da AMOBIO	66

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	09
1. INTRODUÇÃO	09
2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES	14
2.1. Movimentos sociais no Brasil	15
2.2. Feminismo no Brasil	18
2.3. Movimentos de Mulheres	24
2.3.1. Movimento de Mulheres Urbanas – MMU	24
2.3.2. Movimento de Mulheres Rurais – MMR	27
3. MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA	30
3.1. Movimentos sociais rurais na Amazônia	30
3.1.1. Movimento dos Seringueiros nascido no Acre	31
3.2. Movimento de mulheres na Amazônia	33
3.2.1. Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu	33
3.2.2. Movimento e organizações de mulheres no Amapá	35
3.3. Movimentos sociais rurais no Amapá	38
4. O MOVIMENTO SOCIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ NO AMAPÁ	45
4.1. As formas organizativas na Reserva Extrativista do Rio Cajarí	45
4.2. Mulheres em movimentos: Organizações AMAC e AMOBIO	50
4.2.1. Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajarí – AMAC	52
4.2.1.1. A gênese	52
4.2.1.2. O funcionamento	58
4.2.2. Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade do Alto RESEX Cajarí - AMOBIO	61
4.2.2.1. A gênese	61
4.2.2.2. O funcionamento	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1. INTRODUÇÃO

Esta Monografia teve o ponto de partida no projeto de iniciação científica *A História da Organização Política das Populações Extrativistas do sul do Amapá* financiado pelo programa de bolsas SETEC/UNIFAP, no período de 2009 a 2011. A referida pesquisa visou o resgate histórico das lutas das organizações políticas dos trabalhadores rurais no Amapá, desde o período do antigo território do Amapá com as Sociedades, Cooperativas, Sindicatos Rurais e Associações até o surgimento do Conselho Nacional dos Seringueiros, hoje Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNS).

O Estado do Amapá, situado na Amazônia é um dos Estados com a maior taxa de preservação do Brasil, sua atual divisão jurídica é de 16 municípios. Entretanto, a região estudada refere-se ao sul do Estado que abrange três Municípios: Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Mazagão, na presente área existem 62.118 habitantes, sendo 9.715 moradores da zona rural (censo 2007).

Desta forma, a formação social dessa área perpassa pelas Políticas Pombalinas que a partir da miscigenação de negros, portugueses, mestiços e índios deu origem a atual população extrativista, que na década de 40 foi explorada pelas grandes empresas extrativistas na produção de gomas e produtos agrícolas, através do aviamento. E na década de 70 passou para o domínio exploratório de poderosos capitais estrangeiros (Projeto Jarí, nacionalizado em 1981). No decorrer das décadas seguintes o extrativismo perdeu a importância primária na economia da região e a população viveu longos períodos à mercê da exploração dos regatões e pequenos comerciantes locais, sob a violência da segurança armada do Projeto Jarí (FILOCREÃO, 2008).

A exploração e opressões vividas por essas populações locais deram origem a um forte movimento, que ofereceu condições favoráveis ao surgimento de diversas tipologias organizativas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SITRA) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), dentre Associações, Sociedades e Cooperativas.

Na região sul do Amapá o SINTRA e o CNS desempenharam um papel fundamental na constituição e decretação de Unidades de conservação ambiental, onde foram disponibilizado 1.877.163 hectares de floresta para uso sustentável pelas populações do sul do Estado.

Dentre essas Unidades de Conservação está a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA) é criada em 12 de Março de 1990 por meio do decreto federal 99.145, no contexto da luta pela sobrevivência na floresta, pois o extrativismo e a agricultura de

subsistência são as principais fontes de sustento da população local. A RESEX Cajari está localizada numa área de 532.397, 20 hectares distribuídos nos Municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí. É dividida em três jurisdições: Alto Cajari, Médio e Baixo devido sua grande extensão. (ICMBIO, 2013)

O Alto RESEX Cajari é rico em castanhais nativos por conta disso a principal atividade econômica é o extrativismo da Castanha-do-Brasil que obedece a um regime de safra, que se estende de fevereiro a junho. Nesse período, os produtores migram para dentro dos castanhais, às vezes em grupos, com a família (a esposa e o marido são os que realização com maior frequência) para a coleta da castanha. A coleta do fruto ouriço (cápsula que reveste as castanhas) é feita da seguinte forma: amontoamento dos ouriços, quebra, lavagem, secagem, estocagem e venda.

Pode-se vislumbrar a importância da região no que tange a produção histórica, pois passou por diferentes processos sociais, políticos, econômicos e culturais, onde ao longo das décadas novas bandeiras de lutas surgiram criando novos “espaços de criatividade, inovação social e contestações” (GOHN, 2007, p.24).

A partir do exposto o presente estudo qualitativo vislumbrou dentro do processo de pesquisa da iniciação Científica, as atuais vicissitudes enfrentadas por essa população local do Alto RESEX Cajari, que após a criação da Reserva as novas demandas de lutas surgiram dando vez a outras organizações que em conjunto com as já existentes buscam por melhores condições de vida. Assim, as novas bandeiras de luta que emergem da floresta, sobretudo do alto RESEX Cajari são o centro deste trabalho, em específico, a organização de mulheres dos Castanhais da reserva.

O presente estudo debruçou-se sobre a organização política das mulheres castanheiras do alto da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA), com o objetivo de analisar o surgimento das associações de mulheres AMAC e AMOBIO, respectivamente, Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari e Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade no alto RESEX Cajari com destaque na importância dessas associações nas possíveis transformações na vida de suas sócias. Essas associações têm como finalidade segundo seus estatutos, promover ações de preservação ambiental e a geração de renda e emprego para as associadas. Atualmente, as associações trabalham com produtos derivados da Castanha-do-Brasil, biscoitos, bombons, doces e paçoca, além da banana frita. Este estudo abordou a organização política das castanheiras do Alto RESEX Cajari, especificamente, AMAC e AMOBIO como um

movimento social, por serem “ações coletivas que demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos” (GOHN, 2007, p.15).

O presente estudo qualitativo procurou responder as seguintes questões norteadoras: Como ocorreu a organização política das castanheiras do Alto RESEX Cajari? Quais os fatores que motivaram a criação de suas associações AMAC e AMOBIO? Qual o papel transformador que essas associações de mulheres do Alto RESEX Cajari possibilitaram no tocante à renda, meio ambiente, participação política e a relação mulher trabalho e família. A hipótese construída partiu de que a presença das associações de mulheres na reserva contribuiu para a geração da autonomia econômica feminina, além de uma considerável mudança social e cultural dentro das relações de gênero, enquadrando essas mulheres em outra forma de posicionamento social, político e cultural.

Para isso se utilizou dos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica e documental, pesquisa de campo, sistematização dos dados, e análise e comparação das informações coletadas com documentos das referidas entidades.

A revisão bibliográfica se baseou na seleção dos principais estudiosos sobre os movimentos sociais na contemporaneidade. As questões teóricas sobre movimentos sociais se deram através de Gohn (2004, 2007, 2002) que possibilitou ao estudo uma ampla compreensão a respeito de um movimento social. Grzybowski (1987) e Medeiros (1989) incluíram-se ao estudo subsidiando a compreensão dos movimentos no campo. Já Touraine (2004, 2006) analisa os movimentos sociais, em específico, os de mulheres. Castells (2002) segue a mesma linha, entretanto pontuando em sua obra a construção da identidade. Com Muraro (1997), Scott (1989), Saffioti (2009) deu-se subsídio ao desenrolar da condição feminina, que hoje se apresentam como desigualdades entre os sexos. No entanto, ao longo do processo de pesquisa foram incluídas outras referências bibliográficas relevante ao estudo.

A revisão bibliográfica além de contribuir na construção teórica sobre a temática estudada permitiu o alcance da seriedade dos estudos sobre movimentos sociais que ganharam visibilidade devido à sua produtividade histórica e pelo impacto em valores culturais e institucionais da sociedade. Assim, essa visibilidade atingiu não somente o campo social, mas também o das pesquisas e estudos acadêmicos. (CASTELLS, 2002)

Este novo objeto de estudo para as ciências sociais desencadeou em alguns estudiosos a busca de métodos e teorias para compreendê-los e analisá-los. Desse modo, a produção brasileira sobre movimentos sociais é escassa. Entretanto, é possível serem caracterizadas nas últimas duas décadas por três pontos: 1) a abordagem de forma empírico-descritiva que mesmo sendo pouco analítica teve um papel bastante importante para o estudo

dos Movimentos Sociais; 2) a divisão do estudo em áreas acadêmicas; 3) a utilização do paradigma europeu em suas várias vertentes para a análise dos dados da realidade. (GOHN, 2002. p 10)

Por conta disso, se faz necessário a presença dos estudos sobre as manifestações coletivas, principalmente, sobre os movimentos mais atuais que possuem bandeiras de lutas mais específicas como é o caso dos movimentos de mulheres rurais, que lutam pela sobrevivência e contra a dupla exclusão, por serem mulheres e habitarem uma região isolada.

A construção deste estudo se deu através de uma pesquisa documental primária, onde englobou a busca por documentos referente à RESEX e às associações de mulheres, no acervo documental do Conselho Nacional das Populações Extrativistas no Amapá (CNS). Após a seleção dos documentos foi solicitado ao CNS às cópias, na prioridade os documentos de fundação dessas associações, Atas de reuniões e Estatuto Social.

A pesquisa de campo realizada entre os dias 16 a 21 de Dezembro de 2012 revelou pontos importantes na compreensão do espaço territorial onde essas associações de mulheres estão inseridas. Incluíram-se os seguintes procedimentos: Observação, Conversação, registro fotográfico e a realização de entrevistas semi-estruturada com 21 mulheres (sócias das associações), entre representantes comunitários e moradores.

As entrevistas ocorreram em duas das comunidades mais atuantes das associações, sendo a comunidade de Água Branca do Cajarí mais atuante na AMAC e a Comunidade de Marinho mais atuante na AMOBIO. A observação e conversação permitiram o alcance de pontos relevantes à pesquisa que não foi possível nas entrevistas, já que as entrevistadas não conseguiam senti-se a vontade com a presença do gravador, as informações coletadas desta forma foram escritas num caderno de campo. Posterior a pesquisa de campo realizou-se outras entrevistas com as presidentas das associações e algumas sócias, já que essas sempre se deslocam ao CNS e aos órgãos públicos em Macapá.

A análise e interpretação dos dados coletados se deram por meio de um meticuloso processo de transcrição das entrevistas e seleção de pontos chaves para a interpretação do objeto. As informações das entrevistas puderam ser divididas em três: 1) Dados socioeconômicos; 2) Resgate histórico do surgimento das associações; 3) Experiências individuais da participação nas associações de mulheres. Já as de cunho histórico foram entrecruzadas com documentos das Associações e do CNS, as demais informações foram analisadas e interpretadas dentro da realidade local tendo a base teórica dos autores já citados.

Conforme o exposto a Seção I versa sobre a história dos movimentos sociais no Brasil, com algumas considerações teóricas. Em subseção será tratado a condição da mulher brasileira até o surgimento do Feminismo e Movimentos de Mulheres.

A Seção II centra-se na história dos movimentos sociais no meio rural da Amazônia brasileira, percorrendo nas subseções a luta pela garantia de permanência na terra e a “invenção” de reserva extrativista; As formas organizativas das mulheres extrativistas; A trajetória das organizações de mulheres no Estado do Amapá; A luta pela criação de unidades de conservação no meio rural do Amapá, em especial da RESEX Cajari.

A Seção III discorre sobre as formas organizativas no Alto da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA), onde se discute nas subseções o surgimento da organização de mulheres dos Castanhais, como se deu a criação das associações de mulheres AMAC e AMOBIO, seu atual funcionamento e as possíveis contribuições como agente transformador da realidade local. A presente seção apresenta os pontos relevantes para responder as questões norteadoras da pesquisa.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS ORGANIZAÇÕES

Para Soares “Todos aqueles que têm uma posição subalterna nas relações de poder existentes são chamados a transformá-las”. (SOARES, nd, p.34). Os movimentos sociais nascem da necessidade de mudança, sobretudo, das desigualdades e opressões específicas vividas pelos seus membros. Dessa forma, a pobreza, a solidão, a dependência a chefes, as opressões sofridas e o silêncio forçado, representam a miséria da dependência, a infelicidade. Para Touraine (2006) através dessas condições que se pode vislumbrar o surgimento de um movimento social, pois ele nasce por meio das insatisfações de grupos específicos.

No Brasil a instauração do regime militar, desarraigou a liberdade desencadeando a proliferação de vários movimentos sociais que lutaram neste momento, pela mesma bandeira de luta, o término da ditadura militar; o fim das opressões e do silêncio forçado. Apesar da grande ocorrência da proliferação de movimentos sociais neste período, observou-se que antes deste período, já havia conjunturas organizativas que lutavam em prol de melhores condições de vida e contra outras opressões vividas pelos seus membros.

Entretanto, após o fim da ditadura no Brasil notou-se uma reconfiguração nas bandeiras de luta dos movimentos sociais, que antes unidos pela mesma bandeira se direcionam com a redemocratização as suas bandeiras de lutas específicas. Assim neste momento de redemocratização do espaço brasileiro, surgem novas urgências sociais que se representam através da diversidade dos movimentos sociais. No presente nota-se que a denominação movimentos sociais aglutina em si, uma diversidade de movimentos com bandeiras mais específicas. Dentro destas os Movimentos de Mulheres, se fazem presente também, com suas próprias diversidades. A saber, os Movimentos de Mulheres possuem as suas subcategorias: o Movimento Popular de Mulheres, as Feministas, os Movimentos por Creches, os Clubes de Mães.

De acordo com a história cronológica das lutas e conquistas dos Movimentos de Mulheres, o Feminismo se aloca como um dos pioneiros, pois muitos dos Movimentos de Mulheres surgiram, e ainda, surgem atrelados aos estudos feministas ou acabam surgindo de um contexto socioeconômico que por fim deságua nos estudos feministas. O Movimento Feminista surgiu e se desenvolveu juntamente com os estudos feministas que buscavam explicações para a condição da mulher, no sentido de desnaturalizar a relação de subordinação da mesma ao homem, dentro do que denomina-se de regime patriarcal.

A partir desse momento os Movimentos Sociais e de Mulheres com suas diversidades e heterogeneidades constroem no decorrer da história novas bandeiras de lutas,

no intuito de alcançar as novas demandas produzidas pelas novas relações sociais. Por conta disso, esta seção versará brevemente sobre os Movimentos sociais em geral, e em seguida a luta específica do Movimento Feminista, item denominado de feminismo no Brasil, e, por conseguinte Movimentos de Mulheres, estes divididos em Movimentos Urbanos e Movimentos Rurais. Assim, tratar-se-á aqui, os Movimentos que mais se ressaltaram na sociedade, no intento de compreender como se deu cada Movimento e importância deste como agente de transformação social no contexto sócio-histórico brasileiro, pois as principais conquistas sociais dependeram da organização e mobilização da sociedade civil.

2.1. Movimentos Sociais no Brasil

Para Touraine (2004) “um movimento social não é apenas um conjunto de objetivos; supõe também a participação de indivíduos em uma ação coletiva” (TOURAINÉ, 2004, p.138). De acordo com esta consideração os primeiros exemplos de movimentos no Brasil, foram os chamados Movimentos Sociais Libertários ou Movimentos Revolucionários, a saber, Inconfidência Mineira (1789), a Inconfidência Baiana (1798), a Balaiada (1838/41), a Sabinada (1837/38) e a Farroupilha (1835/45), que tiveram um papel central na construção do Brasil, alcançando seus objetivos através de manifestações e ações coletivas.

Conforme Souza-Lobo¹ citado por Goyeneche (2008) os movimentos sociais no Brasil foram estudados a partir de três aspectos centrais: 1) São respostas às demandas criadas por um modelo de urbanização sendo o Estado o agente principal; 2) São modalidades de ação que substituem os espaços políticos tradicionais, restringidos durante o regime autoritário; 3) Nasce pelas demandas geradas através das novas relações sociais. Já Gohn (2007) os divide a partir do contexto de cenário político e social,

Anos 60 foram de sonhos e utopias, em torno de propostas de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Os anos 70 foram de lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente. Os anos 80 foram de negociações, alianças, pactos... (p. 55).

Contudo o estopim que desencadeou a uma grande proliferação de movimentos sociais foi o golpe militar em 31 de Março de 1964 em que se estabeleceu um longo período de ditadura cerceando a liberdade de expressão, as organizações e movimentos existentes e colocando a imprensa sob censura, onde os opositores ao regime foram exilados, presos, torturados, desaparecidos ou assassinados. Neste momento todos os movimentos sociais que

¹ SOUZA-LOBO, Elizabeth. A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São 1991.

se encontravam num estado caótico de democracia tinham a mesma bandeira de luta, o fim do regime militar e o retorno à liberdade democrática.

Os Movimentos Sociais no Campo apresentaram ao longo da história do país uma conjuntura baseada, profundamente, na violência armada. Conforme Grzybowski.

Apesar de não produzir cisões importantes no bloco político-militar de forças que compõem o poder de Estado, no Brasil da Nova República, certas lutas sociais no campo são enfrentamentos armados, verdadeira guerra civil em estado larval. O número de baixas é assustador. Entre 1980 e 1985 foram assassinados 721 trabalhadores rurais, dos quais 222 só no ano de 1985, primeiro ano da Nova República. De janeiro a maio de 1986 já foram assassinados outros 80, entre trabalhadores rurais, advogados e agentes pastorais. (...) Não são novos os enfrentamentos armados por causa da terra. No período pré-64 merecem registro as lutas no sudoeste do Paraná e em Trombas e Formoso (Goiás). (...) A violência e os assassinatos no campo, por sua vez, não se restringem às regiões e aos trabalhadores envolvidos em conflitos fundiários. Novos são a amplitude das lutas e o fato dos assassinatos extrapolarem a esfera individual e adquirirem o caráter de violência de classe. (Grzybowski, 1987, p.15-16)

Conforme Soares (n/d) na metade dos anos 70 e toda a década de 80 as crises econômicas, a inflação crescente e o processo de abertura política proporcionou a mobilização das classes médias e as operárias que foram sem dúvidas as mais atingidas pela crise.

Após este período o cenário brasileiro dos anos 90 torna possível o surgimento de Novos Movimentos, que segundo Gohn (2007), os novos campos de luta surgem através de bandeiras, mas específicas tais como meio ambiente, direitos humanos, gênero, questões étnico-raciais, religiosas, movimentos culturais e outros. (GOHN, 2007). Contudo algumas dessas bandeiras já existiam, porém tomaram maior força e visibilidade nos anos 90.

Em análise dos movimentos por outro prisma, vê-se que eles se interligam ao processo democrático, através da participação e das ações coletivas, que visam pressionar a força dominante em prol da melhora dos principais problemas que aflige a vida cotidiana dos seus membros. Grzybowski diz que neste caso a “democracia e vista como um produto social, como um “processo inscrito na condição conflitiva do social” e os movimentos sociais como possíveis práticas constitutivas da democracia” (1987, p.13), Por outro lado Gohn (2005) diz que a participação nos movimentos sociais, desenvolve em seus membros uma educação, que não se dá nas instituições educacionais.

Desta forma, a participação produz uma educação, que por sua vez desenvolve no indivíduo a compreensão de si e da luta, na busca por democratizar a democracia.

A respeito disso Grzybowski revela que os movimentos sociais permitem:

Em primeiro lugar, desenvolve o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão

crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais (GRZYBOWSKI, 1987. p 59).

Por outro lado, para surgir de um movimento social, é necessário a presença de um conflito entre partes desiguais, onde o grupo prejudicado se organiza produzindo um novo movimento, este por sua vez têm um papel transformador tanto individual, quanto coletivo, onde os membros se transformam e transforma o meio, através da participação e da experiência gerada nas reflexões, discussões e nas ações de grupo.

A grande visibilidade dos movimentos sociais decorre de sua produtividade histórica e seu impacto nos valores culturais e institucionais da sociedade, que atingindo, também, as pesquisas e estudos acadêmicos (CASTELLS, 2002). Sendo assim, os movimentos sociais são considerados parte integrante da sociedade “sendo hoje reconhecidos como sua própria expressão democrática, devendo, portanto, serem vistos e analisados como fenômenos internos aos processos permanentes de mudança e conservação dos sistemas e estruturas sociais.” (FERREIRA, 2003, p.156).

Os movimentos sociais possuem no presente sua representatividade dentro das instituições ligadas ou criadas por suas reivindicações, de forma a reivindicar, propor e criar políticas públicas e mecanismos para sua implementação. Os movimentos sociais sempre estiveram presentes no cotidiano brasileiro, e é motivado pelo cenário político, cultural, social e econômico.

É válido ressaltar que as mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos sociais, não somente naqueles que as questões femininas são o centro, ou nos de grupos exclusivamente de mulheres. Conforme Grzybowski (1987)

Seria errôneo, porém, entender que a presença de mulheres nas lutas sociais no campo, no Brasil, seja recente. As lutas no campo já produziram mulheres líderes do porte de Elizabeth Teixeira (das ligas camponesas), Margarida Maria Alves (Presidente do sindicato de Alagoas Grande, na Paraíba, assassinada em 1983) (...) Em todas as lutas as mulheres se fazem presentes e empurram os próprios maridos: nas lutas de posseiros, dos sem-terra, das barragens, de assalariados, de integrados. Novo, sim, é um movimento em torno as questões como mulher, “mulheres trabalhadoras rurais” ou “mulheres agricultoras”. As reivindicações estão como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, à terra, à previdência social, etc.” (p 47).

Sendo assim, as mulheres lutaram nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica, democratização, pela anistia, qualidade de vida e pela abolição, onde estas foram às protagonistas da idéia, porém ficaram invisibilizadas na história pela discriminação corrente na sociedade, que será tratado a seguir.

2.2.Feminismo no Brasil

Para Del Priore (2000, p.78) “O corpo feminino era visto, tanto por pregadores da igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam.”. A presente citação remete ao descortinar da condição feminina, onde o pensamento machista era amparado pelas idéias da Igreja Católica e da ciência, que considerava o corpo feminino mais vulnerável às imposições do demônio.

Neste contexto, tanto no campo como na cidade, a família formou-se a partir de um regime patriarcal, sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena, européia e africana desenvolvendo uma estrutural social em que a família funcionava como núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, seus representantes principais; e um segundo núcleo de membros considerados secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. (FREIRE, 1981)

Este regime punha o homem no comando tanto do grupo principal como do secundário, o patriarca, responsável por cuidar dos negócios e defender a honra da família, exercendo autoridade sobre toda a sua parentela e demais dependentes que estivessem sob sua influência. Era ele que desde os tempos coloniais e imperiais presidia a única ordem perfeita e íntegra da sociedade brasileira: a organização familiar. No interior desta organização familiar, a mulher devia fidelidade absoluta ao marido, por outro lado “a poligamia sempre foi mais ou menos abertamente tolerada: o homem pode trazer para seu leito escravas, concubinas, amantes, prostitutas.” (Beauvoir, 1967, p.167).

Conforme Muraro (1997) o patriarcado teve seu surgimento lento e gradual, onde construiu a ideia de dominação masculina como um fato de origem “natural” e biológica. Assim, as mulheres brasileiras neste período eram educadas para servirem como objeto de “cama” e “mesa”, se casando às vezes muito jovem com homens bem mais velhos, no intuito de adquirir experiência para a felicidade matrimonial. O conceito de felicidade feminina estava unicamente no casamento, na maternidade e no cuidado do lar, até as propagandas publicitárias usavam o então construído desejo feminino para estimular a venda de produtos de consumo feminino. Para BASSANEZI ser mulher nos anos 50 era:

Ser mãe, esposa e dona de casa considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. (Bassanezi, 2000, p.60)

Deste modo a sociedade brasileira cunhou os papéis sociais masculinos e femininos, onde o homem era o provedor do lar e a mulher considerada a “rainha do lar” e ser uma boa mulher consistia em respeitar silenciosamente as determinações impostas pela sociedade patriarcal. As reflexões sobre a condição da mulher na sociedade possibilitou ao longo das décadas a realização de vários estudos e pesquisas referente à temática, onde os estudos feministas nasceram sobre a marca da reflexão teórica e da militância política.

De acordo com esses estudos o castramento da sexualidade feminina vincula-se ao regime da propriedade privada, onde o homem assegura-se da fidelidade da mulher reprodutora de seus descendentes, e ele o pai soberano detentor dos direitos os transmite. Além de reprodutora, a mulher tinha “também por função satisfazer as necessidades sexuais de um homem e tomar conta do lar” (Beauvoir, 1967, p.167). Esta sustentação e também reafirmada por Engels que diz: “O homem empunhou as rédeas da casa, a mulher se viu degradada, convertida em serviçal, em escrava da luxúria do homem, simples instrumento de reprodução”. (ENGELS, 1997, p.78)

A sujeição da mulher vem com o surgimento do excedente e da propriedade privada, ou seja, os primeiros grupos da espécie humana nômades viviam no regime social chamado de comunidade primitiva, onde a propriedade privada e os bens imóveis não existiam, pois as atividades eram comuns a todos os membros e o resultado era partilhado entre o grupo de forma igualitária. Com o surgimento da domesticação de animais e a agricultura, os homens passam a se fixar em territórios, e as mulheres não acompanham mais o grupo no enfrentamento com os animais para ficarem com seus filhos para melhor protegê-los, e cuidar dos animais domesticados e do início da agricultura. (ENGELS, 1997)

Para Saffioti (2009, p.22), “os seres humanos que tinham uma relação igual e equilibrada entre si e com os animais, transformaram-na em controle e dominação. O patriarcado é um dos exemplos vivos deste fenômeno” que se desenvolveu através da divisão “natural” do trabalho, onde desde as sociedades primitivas até a instituição da família monogâmica, e o aparecimento da sociedade de classes, o trabalho feminino foi se reduzido a uma produção doméstica, um serviço privado, feito por cada mulher, no interior de cada unidade familiar.

Para os estudos de gênero, segundo Grossi citada por Zirbel² (2007, p.19) “não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das

² GROSSI apud ZIRBEL. Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 24, 1998.

inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos”. Para Moraes (1996, p.16) através da obra de Engels (1997) ”as feministas puderam apontar o caráter específico da relação entre os sexos na família como explicativo para o estatuto social das mulheres”. No trecho abaixo Beauvoir (1970) afirma:

Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele mesmo não se envergonha da sua animalidade, sente-se antes orgulho se lhe chamam “macho”. Porque o segundo sexo parece desprezível ao homem? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher e quais pode ela superar sem se trair? Como pode então realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (p.25)

Este trecho reflete o pensar sobre as discriminações e preconceitos em torno da palavra feminino, sobretudo da mulher em si até hoje, e como a mulher pode soltar-se dessas amarras culturais. Para Scott (1989, p.09), a fonte de libertação das mulheres “se encontra “numa compreensão adequada do processo de reprodução”, numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste.” Por outro lado, as ações coletivas construíram ao longo do tempo, um quantitativo significativo no rompimento destas amarras, direcionando a mulher a sua cidadania e aos seus direitos perante a lei.

Conforme Heidi Hartmann³ citada por Scott que vê,

A necessidade de considerar o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas separados, mas em interação. Porém, na medida em que desenvolve a sua argumentação, a causalidade econômica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção. (SCOTT, 1989, p.11)

Através do exposto, constata-se que o sistema econômico domina o patriarcado é coloca a mulher, seu corpo à venda, ao consumo. Por este fato é importante às análises desta autora para a contemporaneidade. Se para algumas a reprodução era a chave do patriarcado para outras, a resposta se encontrava na sexualidade em si. Pois, acreditasse que a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo, e a reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. (SCOTT, 1989, p.09) Por outro lado, a família, o lar é a sexualidade, são produtos da mudança dos modos de produção, ou seja, são produtos sociais guiados pelas condições estabelecidas por um regime seja ele, o regime capitalista e/ou regime patriarcal. Entretanto, Saffioti nos argumenta que,

A título de ilustração, pode-se tomar a afirmação de que o gênero é socialmente construído. Todavia, nem mesmo sobre isto o acordo é tão profundo. O gênero é

³ Heidi Hartmann, “Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex”, *Signs*, 1 (Spring 1976), p. 168. Voir aussi, “The Unhappy marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union”, *Capital and Class*, 8 (Summer 1979), p. 1-33; “The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: the Example of Housework”, *Signs*,6 (Spring 1981), p. 366-94.

socialmente construído, desde que se considere o substrato material – O CORPO – sobre o qual a sociedade atua. (SAFFIOTI, 2009, p.02)

Ou seja, o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, como as relações que se deram em torno do regime paternalista, que se tornou um dorsal da sociedade, a vértebra venenosa de legitimação da sujeição da mulher na sociedade, que, contudo negou a ela sua cidadania e seus próprios direitos como ser humano ao longo da história. Sendo um desafio teórico “a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais” (Scott, 1989, p.05).

Deste modo, observa-se que a democracia política oculta formas de dominação, e o nascer um movimento social não vinculado a processos de democratização, mas sim estimulado pela revisão do conceito de democracia e cidadania, como e o caso do Movimento Feminista, que nasceu desafiando a ordem conservadora burguesa, que punha a mulher sob opressões e injustiças negando seus próprios direitos como cidadã.

O Movimento Feminista enfrentou grandes vicissitudes para conquistar seus objetivos, e foi através das diversas formas de organização desde publicações de Jornais e revistas que denunciavam as injustiças vividas pelas mulheres até a formação de grandes grupos coesos e articulados. Dentre as principais organizações feministas, destaca-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) criada em 1922 por Bertha Lutz (1894-1976) que influenciada pelos movimentos das sufragistas da Inglaterra e dos EUA escreve alguns artigos em defesa do direito ao voto feminino, criando essa federação que promovia encontros, convenções e congressos para se discutir e criar propostas, dentre elas o FBPF lança o “Manifesto Feminino” ou “Declaração dos direitos da mulher”.

Desse momento o movimento toma força e novas associações surgem como a Aliança Nacional de Mulheres (1930), Frente Negra Brasileira (1931), Teatro Experimental do Negro (1944) e o Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950). Outra importante organização foi a Federação de Mulheres do Brasil (1949), fundada por militantes feministas de esquerda atuou ativamente na primeira metade dos anos 50 na linha do Partido Comunista Brasileiro, mas de forma independente participando da greve dos 300 mil, da passeata da panela vazia, na luta pelo aumento do salário mínimo e a favor de melhores condições de vida.

Ao meio de tantas organizações tomando força, em 1956 o governo do Juscelino Kubitschek suspendeu as atividades dessas várias entidades feministas entre elas a Federação

de Mulheres do Brasil, onde as feministas criam em substituição a FMB a Liga Feminina do Estado Guanabara, porém esta é fechada pelo golpe militar de 1964, assim como tantas outras organizações sociais.

Entre perdas e ganhos o Brasil promulga a convenção sobre os direitos políticos da mulher em 1963, adotada pela VII Assembléia Geral das Nações Unidas, após a aprovação pelo congresso Nacional em 1953. O Brasil se toma em marchas e passeatas em prol aos direitos da mulher, entre encontros, seminários e discussões, as feministas do Rio de Janeiro fundam o Centro da Mulher Brasileira (1975), já que após o golpe de 1964 as manifestações femininas tinham sido erradicadas, e somente poucas sobreviviam como a FBPF e associações de mulheres universitárias.

Em âmbito nacional se criava o Movimento Feminino pela Anistia (1975), o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (1975), os jornais feministas *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, a Articulação de mulheres brasileira (1994) e Articulação de organizações de mulheres negras brasileiras (2001) e a comissão parlamentar de Inquérito para examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividade. Com o assassinato da Socialite brasileira Ângela Diniz por seu companheiro Raul Street em 1976, possibilitou a organização de diversas entidades de mulheres na luta contra a violência, e deste momento em diante a questão da mulher foi tomando força dentro das instituições, tanto governamental como não-governamental as chamadas ONGs, sobretudo também dentro das universidades e instituições afins.

Agora com o Estado e a sociedade tomando consciência da forma injusta que viveu as mulheres, sem direito a nada, os movimentos de mulheres e feministas ganham aliados contra os reflexos do regime patriarcal em nossa sociedade, são criados Grupo e núcleos de estudos nas universidades e outras instituições de pesquisa, centros de defesas, delegacias especializadas, secretarias e ministérios, além de conselhos e conferências em torno dos direitos humanos e da mulher.

A constituição Federal de 1988 simbolizou um marco na instituição da cidadania e dos direitos humanos das mulheres. Entretanto, o movimento vislumbrou a necessidade de lutar pela regulamentação dos dispositivos constitucionais e pela implementação de políticas públicas que assegurassem os seus direitos conquistados.

Entre as principais conquistas está o ingresso das mulheres nas instituições de ensino em 1927 onde surge a primeira lei sobre a educação das mulheres, permitindo o acesso às escolas de alfabetização, o acesso ao ensino superior só se deu com a reforma Capanema

no governo de Getúlio Vargas, onde a reforma educacional deveria refletir sobre a divisão trabalhista, porém não foi seguida pelo Ministro Capanema.

A consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto Lei 5.452, a mudança do código civil da mulher casada, o direito ao voto feminino, e a abertura do âmbito político e governamental à mulher, revelaram-se como conquistas do Movimento Feministas e de Mulheres.

Criação de delegacias, secretarias, ministérios em prol da defesa e da formulação de políticas públicas, e a promulgação da Lei N°. 11.340/06 de 22 de setembro de 2006, nomeada Lei Maria da Penha, que coibiu a violência doméstica contra a mulher no Brasil, até a eleição da primeira mulher presidenta Dilma Rousseff em 2010. Apesar de todas essas conquistas femininas, ainda há muito por fazer e enfrentar a caminho de uma cultura que não promova desigualdades e discriminações.

Os movimentos feministas se tornaram mais visíveis e presentes no país, onde suas bandeiras de lutas se especificaram no intuito de alcançar as novas demandas que surgiram devido às novas relações sociais. Desta forma, esse movimento conseguiu atingir seus objetivos, apesar da lentidão como se deu.

Quando Touraine (2004) analisa o feminismo expõe que as barreiras que enclausuravam e aprisionavam a mulher foram rompidas ocasionando a abertura para a vida social que por sua vez lhe garantiu a cidadania e seus direitos. Entretanto esse movimento se ateve em buscar e resguardar os direitos das mulheres na sociedade encaminhou-se pelo viés social e não cultural, assim a inferioridade da mulher ainda persiste de modo a nos confrontarmos com o esfacelamento da tradição que pode transformá-la em apenas um corpo, uma mercadoria. Todavia o feminismo constituiu um importante instrumento de contestação e aquisição dos direitos femininos, mas não se caracteriza um movimento cultural que luta pela transformação de valores. Mesmo porque um movimento cultural surge sempre como uma precondição para a formação de um movimento social, que este por sua vez luta no combate de seu adversário.

Infere-se com isso que a igualdade entre os sexos foi adquirida e assegurada por lei, em termos da garantia dos direitos das mulheres. Assim, parece não ser verdadeiro falar de uma igualdade entre os sexos de forma geral, pois ainda hoje a mulher é inferiorizada em sua própria sexualidade, que esta se dissipou em outros setores sociais e político. Como Touraine (2006) hoje estamos em um novo tipo de cultura, onde o papel da mulher e do

homem sofreram algumas mudanças, mesmo vislumbrando ainda as heranças do regime patriarcal que se configura culturalmente de outra forma, não mais como antes.

Hoje o desafio não é somente teórico, mas sim social e cultural, e se trava em torno da herança cultural que o regime patriarcal gerou em nossa sociedade, pondo sempre a mulher como algo a ser consumido e de propriedade do homem. O feminismo que se opõe a dominação masculina e o que essa dominação destrói se diferencia do movimento de mulheres que partem de uma organização que busca por melhores condições de vida, gerando com isso a destruição do modelo tradicional conservador que enclausura a mulher ao espaço privado. Desse modo tratar-se-á na subseção a seguir os movimentos de mulheres, este dividido em movimentos rurais e urbanos.

2.3.Movimentos de Mulheres

A história de lutas e conquistas que foram tratadas no item anterior, aqui se mostra como parte integrante do movimento de mulheres, pois as conquistas alcançadas pelo movimento feminista são conquistas de todas as mulheres.

Sendo que o movimento feminista se difere dos demais movimentos de mulheres, pelo vínculo aos estudos e pesquisas no âmbito acadêmico, apesar de que os movimentos de mulheres em sua maioria utilizam-se dos estudos feminista para se guiarem e legitimarem suas lutas. Neste item discutir-se-á sobre os Movimentos de Mulheres, divididos em: Movimento de Mulheres Urbanas - MMU e Movimento de Mulheres Rurais - MMR, evidenciando seus principais objetivos. Devido à pluralidade dos movimentos de mulheres, será alcançado aqui os movimentos com maior visibilidade no país ao longo do tempo.

2.3.1. Movimento de Mulheres Urbanas – MMU

Após o golpe militar o Brasil vivencia um crescente e desenvolvido números de organizações, sobretudo de mulheres, vindos de todas as partes, permitindo que novos sujeitos coletivos surgissem. De acordo com Soares (n/d):

Em fins dos anos 70 apareceram pelo menos dois grandes movimentos sociais liderados por mulheres: o movimento contra a alta do custo de vida e o de luta por creches. A participação nestes movimentos levou muitas mulheres a reunirem condições de questionar as relações de gênero, suas relações não-igualitárias com seus maridos, famílias e comunidades. (SOARES, n/d, p.39-40)

Nesta seção serão abordados três movimentos de mulheres que surgiram a partir dos Clubes de Mães: movimento pelo custo de vida, movimento pela saúde e movimento por luta de creches.

Os Clubes de Mães nasceram nas principais capitais brasileiras em grandes quantidades, eram visíveis tanto no espaço urbano como no rural. Entretanto, a pesquisa deterá aos Clubes de Mães existentes no espaço urbano, onde assumiram um maior contorno. A experiência adquirida por essas mulheres nos clubes de mães possibilitou segundo Soares (n/d):

Assim, as mulheres pobres a partir da ação política para melhorar suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher ao âmbito privado do lar. Entretanto, mesmo que organizadas em suas ações de sobrevivência, mesmo tendo saído de seu encerramento doméstico, identificado interlocutores, aumentado seu sentimento de auto-estima, estas mulheres podem não modificar no essencial a profunda segregação sexual na sociedade, nem alterar a direção dos projetos sociais. Mas elas se constituíram e ainda se constituem nas interlocutoras privilegiadas das feministas. (SOARES, n/d, p.41)

Deste modo, os espaços que iniciaram como ambiente de trocas de experiências onde elas poderiam encontrar soluções para seus problemas se tornou num espaço de busca de articulação em prol de seus direitos. Segundo Souza-Lobo⁴ citado por Goyeneche (2008) a construção destes movimentos de mulheres apontam para articulação do mundo privado, sem a discussão do espaço público que rompem os modelos estabelecidos socialmente para as mulheres.

Esses Clubes (1971-1972) surgiram com o apoio da Igreja e dos agentes pastorais das comunidades onde estas mães pertenciam, o momento de encontro se dava numa reflexão coletiva sobre temas cotidianos à luz do evangelho. Foi exatamente nesses momentos de reflexão coletiva que levaram as mulheres a se darem conta das injustiças em que viviam, encarando como problemas sociais, o que antes era visto como práticas naturais da vida privada como a rotina doméstica. (GOYENECHÉ, 2008)

De acordo com Gohn (2005) “a consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo” (2005, p.20). Dos clubes de mães surgem dois movimentos liderados por elas: O Movimento pelo custo de vida e o Movimento de Saúde.

⁴ SOUZA-LOBO, Elizabeth. A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São 1991.

O movimento pelo custo de vida se deu pelo aumento dos preços de artigos de consumo das famílias trabalhadores, o grupo de mulheres/mães no intuito de levar ao conhecimento das autoridades, realizaram uma pesquisa, onde entrevistaram e visitaram aproximadamente 2.000 casas da periferia formulando um documento que foi encaminhado as autoridades locais.

Em 1975, eclodiu a insatisfação popular e os movimentos organizados de profissionais de saúde e trabalhadores contra a crise do sistema e as más condições de saúde da população. (SANTOS, 2005). Desta forma, o movimento de saúde liderado pelas mulheres dos Clubes de mães contou com a igreja católica e com os médicos sanitaristas, onde estes esclareceram ao grupo de donas de casa pobres de São Paulo os mecanismos para alcançar seus objetivos e pressionar o governo, além de esclarecer os seus direitos públicos e individuais, desse modo essas mulheres deixaram a caridade cristã de lado (GOYENECHÉ, 2008). Conforme Soares (n/d):

Criou-se uma relação ao mesmo tempo conflitiva e de solidariedade entre as mulheres das Comunidades Eclesiais de Base e as feministas, fazendo surgir um amplo movimento de mulheres. Quando essas mulheres ganham formas autônomas de organização em relação à Igreja, constituindo, por exemplo, casas de mulheres, ampliam seu grau de autonomia política e o espectro de suas reivindicações. (SOARES, n/d, p.40)

Quando a autora se refere à relação entre os clubes de mães e as feministas como conflitiva e de solidariedade, sem dúvida elas esta referindo como conflitivo as questões feministas relacionadas ao rompimento do papel tradicional e conservador da mulher, já que elas estão ligadas a igreja. Por outro lado, a solidariedade vem da causa feminina, das necessidades e aflições existentes na vida de uma mulher, sendo mais doloroso ainda na vida de uma mulher pobre.

O movimento de luta por creche que tinha em sua base de sustentação as mulheres de operários que atuavam geralmente nos clubes de mães reivindicava creches, no intuito de ter um lugar onde deixarem seus filhos, para buscarem melhores condições de vida através do trabalho remunerado.

As reivindicações desse movimento foram atendidas devido à pressão no governo local, entretanto as creches foram criadas com o propósito de combater a miséria, as novas vagas foram destinadas as mulheres com renda de até dois salários mínimos, ou seja, as mulheres que reivindicaram as creches não foram beneficiadas, e como meio de “resolver” a situação o governo tenta absolveu algumas dessas mulheres ao quadro de funcionários das creches.

E evidente o papel que estas entidades tiveram nesses espaços periféricos, de esferas locais, pois esses clubes de mães marcaram presença nas principais capitais do Brasil, chegando a existir 90 clubes por local. Observa-se que os movimentos que surgiram dessas entidades viabilizaram uma comunicação entre comunidade e governo local, onde essas entidades foram às responsáveis pelo encaminhamento dessas reivindicações a essas administrações municipais.

2.3.2. Movimento de Mulheres Rurais – MMR

Os Movimentos de Mulheres Rurais, surgiram da mesma efervescência que os MMUs, o período pós golpe militar, onde os movimentos estavam motivados pela liberdade recentemente reiterada. A partir daí surge numerosos movimentos, de onde bandeiras de lutas florescia em torno da terra.

Surgiam juntamente com essas agitações, os movimentos de mulheres que nasceram e desenvolveram suas lutas e reivindicações, através da participação em grupos de orações e grupos de mães das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, onde a presença de uma Teologia da libertação preocupada em lutar pela cidadania dos oprimidos colaborou objetivamente no surgimento destes movimentos. Conforme Paulilo (2000, p.03) “no meio rural, esta influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo.”

Na década de 80 vêm à tona movimentos como: Os Movimentos de Mulheres Agricultoras, Movimentos de mulheres Trabalhadoras Rurais e o Movimento de Mulheres Camponesas. Os MMRs se assemelham em parte com os MMUs pelas suas lutas, entretanto, o trabalho realizado pela mulher urbana se diferencia do realizado pela rural, pois se a mulher urbana realiza um trabalho dobrado, a mulher rural realiza um trabalho penoso, que passa pelo âmbito do doméstico, percorre o entorno da casa no cuidado da criação de animais, e se estende até as roças, no preparo da área, no plantio, nos tratamentos culturais, na colheita, no beneficiamento dos produtos e na venda.

Nesse contexto o Movimento de Mulheres Agricultoras encontra no fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) aspirações para sua luta que não era possível ser encontrada no âmbito da Igreja Católica, já que esta seguia rigorosamente a

postura patriarcal conservadora. No entanto, a bandeira que mais aglutinava as mulheres desse e nos outros MMR citados eram as questões trabalhistas. De acordo com Paulilo (2000):

As questões trabalhistas eram mais importantes que as de gênero. Porém, nos anos 90, começam a despontar entre as militantes questões propriamente feministas e as mulheres insistem na autonomia do movimento frente à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos. (p.03)

Apesar do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais compartilharem as mesmas lutas do MMA, possuía outras lutas como a integração individual das mulheres nos sindicatos e cooperativas participando ativamente nas decisões, e o reconhecimento do trabalho da mulher rural, que não eram reconhecidas como trabalhadoras rurais, como os homens, mesmo tendo um fardo maior nas atividades rurais. Sendo assim, o Movimento de Mulheres Camponesas nasce no mesmo contexto desse movimento, pois sua origem se da pela articulação dessa e de outras organizações. Conforme Soares (n/d),

Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isto se reforça pelo fato de que o conceito de “agricultura familiar”, que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica em uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Porém, a nosso ver, há uma questão tão fortemente enraizada na tradição patriarcal que tocar nela significaria, sem dúvida, desvelar um conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista, e esta questão tem a ver com a herança da terra. (SOARES, n/d, p.41)

A autora ao falar do reconhecimento do trabalho da mulher rural ressalta que a divisão de herança culturalmente no sul do Brasil, onde se originou parte desses movimentos, se da de forma injusta, pois os filhos que recebem apoio para estudar, são excluídos da partilha de herança, já as mulheres que trabalharam da mesma forma que os homens, não são inclusas de nenhuma forma, evidenciando com isso, o não reconhecimento do trabalho realizado por elas.

Os três movimentos de mulheres rurais tratados deste item refletem através de suas bandeiras um conjunto de objetivos almejados pela mulher rural ao passar do tempo. O direito a terra, direitos trabalhistas, direito de participação nos espaços de questionamento e reivindicações como sindicatos de trabalhadores rurais formam esse conjunto, sem falar que neste processo de luta e reivindicação a mulher passou a enxergar e questionar o papel da mulher, e as discrepâncias entre o trabalho masculino e feminino no campo.

Sabe-se que a resposta a esses movimentos, entre outros que lutavam pelos mesmos ideais, se deu de forma mais “próxima” do governo, no sentido da existência de unidades voltada para o direito da mulher dentro do Estado, como é o caso do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985 pelo Ministério da Justiça,

entretanto isso não significa de forma alguma que este processo foi fácil. De acordo com Deere (2004):

No início de 1986, sob o slogan “para o processo constitucional ser válido, ele deve incluir os direitos das mulheres”, encontros e seminários sobre os direitos da mulher aconteciam por todo o país. Foi um resultado da interação entre CNDM e as lideranças femininas dos sindicatos, assim como do crescente movimento de mulheres rurais, que os direitos da mulher à terra, especificamente, fossem incluídos na pauta constitucional como parte da expansão geral dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. (...) Além desses houve outros ganhos para as mulheres rurais na Constituição de 1988 incluíam o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. (...) Esses benefícios incluem, além do direito ao seguro desemprego e por invalidez, 120 dias de licença- maternidade remunerada para as mulheres. (...) Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família. (DEERE, 2004, p.182-183)

A constituição de 1988, garantia pela lei os direitos das mulheres, enquadrando as subcategorias como trabalhadoras rurais e urbanas, pois após as conquistas feministas, houve um crescente número de mulheres no mercado de trabalho. Alias essa presença feminina no mercado de trabalho em tempo de crise foi encarada como uma ocupação desnecessária, pois entendia que as mulheres estariam tirando o emprego de um chefe de família.

Em nossos dias apesar de existir alguns conflitos nessa relação como a diferença salarial, a presença feminina no mercado não é mais vista desta forma. A sociedade enxerga hoje como uma atuação comum e necessária, apesar dos impasses na articulação entre mercado de trabalho e família.

Devido às diferenças entre o modo de vida e a organização social no campo e na cidade, os MMUs e os MMRs, criaram especificações em suas lutas, embora em ambos percebam-se questões de cunho socioeconômicas. Ramirez (2002, p.135) a respeito da luta afirma que “toda a luta constitui um esforço de uma parte da sociedade para se emancipar de um ou outro mal social considerado repugnante por aqueles que se envolvem em tal luta”.

A presença da mulher nos movimentos sociais passou de participação à liderança no decorrer da história, fato este que só foi possível pelo que Gohn (2005) chama de liderança esclarecida. Pois foi através da participação que as mulheres puderam vislumbrar as injustiças que rodeavam as relações sociais que as desfavoreciam. Partindo daí os movimentos de mulheres, sua organização, sua ação e seus objetivos ou bandeiras de luta, foram tomando amplitude dentre seguimentos que incluíram ao movimento a discussão sobre o lesbianismo, mulheres negras que enfoca as questões de diferenças entre mulheres negras e brancas. Contudo, no bojo da pluralidade dos movimentos de mulheres atuais encontra-se as categorias classe, gênero e raça.

Porém, as mudanças processadas na sociedade brasileira a partir da promulgação da Constituição de 1988 refletiram no fortalecimento de grupos sociais, como os das mulheres, que ao longo das décadas tem empreendido grandes esforços, através das varias organizações que compõem os movimentos de mulheres e feminista para alcance dos seus objetivos. Agora com a criação de estruturas legais com o objetivo de garantir a efetivação desses direitos são implementadas políticas públicas.

Notou-se no presente a necessidade de novas estratégias de organização que possibilitem o enfrentamento das novas questões impostas pelas desigualdades socioeconômicas, que atinge principalmente as mulheres mais pobres do nosso país.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

3.1. Movimentos sociais rurais na Amazônia

Na história brasileira, os movimentos sociais rurais, desenvolveram suas lutas pelo justo acesso a terra, assim surge no cenário rural brasileiro às ligas camponesas, União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil – ULTBA, Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimentos Sindicais Rurais, e as Sociedades agrícolas e pecuárias.

Esses movimentos representavam a luta e a diversidade de trabalhadores existente no meio rural brasileiro. Contudo, os movimentos sociais rurais no país foram marcados por intensos conflitos armados onde se contabilizou entre 1980 e 1985 o assassinato de 721 trabalhadores rurais, dos quais 222 foram mortos no ano de 1985, já no período de janeiro a maio de 1986 mais 80 mortos, entre eles trabalhadores rurais, agentes da pastoral da terra e advogados (GRZYBOWSKI, 1987).

A pesar dos altos índices de assassinato esses movimentos se fortaleceram ao longo do tempo, estimulados pela melhoria de vida dos seus membros, e encorajados a se organizar pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi perseguido pelo regime militar. A Comissão da Pastoral da Terra – CPT desempenhou um importante papel denunciando os atos de injustiça e violência no campo, através de artigos, vídeos entre outros meios que ocorriam em conjunto com os trabalhadores do campo.

No início da década de 80, a luta pela terra na forma recorrente em diversos momentos da história do país, ou seja, envolvendo posseiros e grileiros, rendeiros, foreiros ou parceiros e proprietários de terra e, mais modernamente, posseiros e beneficiários de grandes licitações de terra feitas durante o regime militar, se intensificou, mas a ela agregaram-se novos personagens, gerados na expulsão de seringueiros dos seringais nativos, para transforma-los em pastagens, na construção de barragens para usinas hidroelétricas, ou pela exclusão a que milhares de trabalhadores agrícolas, foram condenados frente ao rápido avanço da modernização no campo. (MEDEIROS, 1989, p.139)

A Amazônia também serviu de cenário para esses movimentos assim como o resto do país. Nessa conjuntura se revigora antigos personagens, e novos atores surgem, sobretudo na região amazônica é o caso da luta pela permanência na terra, os atingidos pelas barragens e os sem terra (MEDEIROS, 1989). Esta seção tratará do movimento dos seringueiros desencadeado inicialmente no Estado do Acre.

3.1.1. Movimentos dos Seringueiros nascido no Acre

O Movimento dos trabalhadores rurais nascido, essencialmente no Acre, e liderado pelo sindicalista Chico Mendes, representou a luta pela permanência na terra. As perseguições, assassinatos e outras formas de violência que marcou as organizações dos movimentos sociais rurais antes citados, se fizeram presente também nesse movimento.

Dessa forma, nos anos 70 surge da floresta o Seringueiro, o extrativista que luta contra o desmatamento. A exploração dos seringais nativos pela população que ali viviam de forma harmônica com a natureza foi marcada pela compra e venda desses seringais nativos para a exploração de madeira e pastagem, que foi facilitado pelos investimentos da Sudam na região amazônica. Desenvolvendo com isso um conflito gerado pelo interesse dos grandes latifundiários que queriam explorar a área comprando ou expulsando os antigos moradores, que por sua vez precisavam daquela terra para poder sobreviver.

Sendo assim, seringueiros e trabalhadores que viviam da exploração da borracha nas matas nativas construíram um forte Movimento de trabalhadores rurais, liderado pelo sindicalista Chico Mendes, onde a resistência a perder a única fonte de vida levou homens, mulheres e crianças a se colocarem a frente dos peões e tratores para impedir o desmatamento na região. Outro ponto que fortaleceu a luta se deu com a chegada da BR 364 no Acre, sendo que esta mesma estrada já tinha passado por Rondônia sem nenhum planejamento ambiental e social, que ocasionou a devastação da floresta e a destruição dos seringais, e os seringueiros foram parar nas favelas das grandes cidades.

A partir deste contexto o movimento toma repercussão nacional e internacional na luta pela sobrevivência da floresta e de seus habitantes, com dados que chegaram a mais de 1.000 lavradores assassinados entre eles duas principais lideranças do movimento, Wilson Pinheiro em 1980 e Chico Mendes em 1988. (MEDEIROS, 1989). Contudo o movimento continua e através de uma série de reuniões os seringueiros desenvolve uma aliança com os índios já que estes tinham como luta a demarcação da terra indígena, nascendo com isso a Aliança dos povos da Floresta.

Assim, entre 11 a 17 de outubro de 1985, no auditório da faculdade de tecnologia da UNB, ocorre o I Encontro Nacional dos Seringueiros, onde compareceram lideranças de quase todos os Estados brasileiros, e, sobretudo da Amazônia, o Amapá não marcou presença pela falta de recurso financeiro. Das discussões o movimento conhece novos aliados, lançando o movimento no âmbito internacional, e é onde nasce o CNS, Conselho Nacional dos Seringueiros, com o intuito de constituir reservas extrativistas, para o uso sustentável dos recursos florestais, e, contudo reconhecendo nessas áreas a presença dos seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, indígenas e etc.

Em 1889 a aliança dos povos da floresta foi reforçada na luta pelas reservas extrativistas, onde o CNS articula os movimentos das populações tradicionais, movimentos indígenas e ONGs ambientalistas nacionais e internacionais em torno desta bandeira, culminando na criação de assentamentos e reservas extrativistas que hoje somam “89 “reservas extrativista” criadas, beneficiando uma população que pode chegar a 600 mil pessoas, ocupando 24,8 milhões de hectares de florestas na Amazônia.” (FILOCREAO; MODESTO; RIBEIRO, 2012, p.05).

Hoje o Conselho Nacional dos Seringueiros tornou-se Conselho Nacional das Populações Tradicionais permanecendo com a mesma sigla CNS, o atual Presidente Nacional do CNS explica que:

O CNS nasce do movimento de seringueiro parte do Acre, naquele momento extensivo a outros Estados, mas partiu dos seringueiros, e como a luta dos seringueiros, entendesse, começou por definir a meta estratégia, a luta temporal pelos territórios que originou as reservas extrativistas, se tornou um espaço uma luta amazônica. Esses territórios são recheados de outros produtos que ta o açaí, a castanha, a seringa, os óleos, o babaçu, o piquiá, a copaíba, então que a gente chama de extrativismo e essa realidade foi fruto de debate nos nossos congressos, e ai uns três congressos atrás a gente começou a avaliar que a gente precisava avançar, a pesar na estrutura do nosso Estatuto, tava dizendo que o Conselho Nacional dos Seringueiros era trabalhar com extrativismo, tendo uma relação extensão até com aqueles que e o menos representativo, que justamente essa cesta do extrativismo da Amazônia. Chega um momento que foi o congresso geral no Pará há seis anos atrás que tomamos como decisão mudar o nome pra Conselho Nacional das Populações Extrativista para atender essa reivindicação que faz parte dessa luta, mas mantemos a sigla CNS porque é uma marca conhecida a nível nacional e internacional. (Informação verbal)⁵.

Segundo Joaquim a luta do CNS não se transformou ao longo dos anos, pois ele ainda desempenha um papel central na luta por território, estando atualmente com a demanda de 170 pedidos no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente de novas reservas extrativista na Amazônia para uso coletivo. Sendo assim, o CNS ainda trabalha na luta pela criação de espaços de uso coletivo, como reserva e assentamentos extrativistas, e na consolidação desses espaços, no incentivo de criação organizações, na busca por políticas publicas que alcance essas populações, que na maioria das vezes, tem acesso ao poder local, mas possui dificuldade no alcance do âmbito federal, assim sendo, considerada uma entidade de representação dessas populações. (Informação verbal)⁶

⁵ Joaquim de Sousa. Presidente Nacional do CNS. Entrevista concedida a Karina Nymara. Macapá, 2013.

⁶ Joaquim de Sousa. Entrevista concedida a Karina Nymara. Macapá, 2012.

3.2. Movimento de mulheres na Amazônia

Dentro dos movimentos que citados no item anterior se faziam (fazem) presentes o Movimento de Mulheres atingidas por barragens e o Movimento de Mulheres rurais sem terra, onde representam um importante espaço para reflexão e reconhecimento das lutas femininas. Desta forma a Amazônia aglutina uma grande heterogeneidade de movimentos de mulheres, onde são construídos e originados a partir das especificidades e diversidades da mulher amazônica.

Dentre eles cita-se o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Movimento Mulheres Empreendedoras da Amazônia, Movimento de Mulheres Quilombolas, Movimento de Mulheres Indígenas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Movimento de Mulheres Negras, Movimento Feministas e o Movimentos de Mulheres Agroextrativistas e etc. Esses movimentos se apresentam através de diversas formas de organização, entre associações, centros, conselhos, cooperativas, fóruns, grupos, instituto, sociedades e sindicatos.

3.2.1 Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que partindo de organizações conseguiram agregar e unificar, hoje 400 mil mulheres de quatro Estados da Amazônia brasileira na mesma luta: Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. Em seguida, será tratado brevemente sobre movimentos de mulheres no Amapá, que tomaram contornos via Igreja, depois via Sindicato, associações de moradores e Partidos políticos.

O movimento teve início dentro de um contexto de lutas e conflitos, aonde políticas governamentais conduziam e permitiam a exploração das palmeiras de babaçu, implantação de grandes projetos extrativistas e agropecuários que se efetivaram na região na década de 70.

Viabilizando o despejo desses camponeses e a devastação de milhares de hectares da palmeiras do babaçu. Através disso, observou alguns pontos de conflitos, como no Maranhão, principalmente na década de 80 onde várias famílias resistiam contra a submissão e desmandos dos grandes proprietários de terras.

No estado do Tocantins os conflitos sociais em torno da questão dos babaçuais, deram-se principalmente na região do Bico do Papagaio, marcada por confrontos entre fazendeiros e pequenos posseiros pelo controle da terra e dos recursos naturais durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, acentuadas com a morte do Padre Josino em 1986, religioso católico que atuava naquela região, cujo assassinato teve

repercussão a nível internacional através dos meios de comunicação. (Rocha, 2006, p.06)

Sendo assim os trabalhadores e trabalhadoras se encontravam desprovidos da terra que propiciava o sustento das milhares de famílias agroextrativistas das regiões que se encontravam os babaquais. Postos nessa situação os extrativistas começam a se organizar, no intuito de lutar pela terra, onde muitos já haviam sido expulsos com grande violência de suas casas. Nesse período homens e mulheres sofriam diversas agressões, espaçamentos e ameaças que muitas vezes chegavam a ser cumpridas, mas eram as mulheres as mais agredidas, pois além dos espaçamentos que provoca abortos eram violentadas sexualmente.

Nesse contexto, a resistência se fortifica e o processo de mobilização ocorre possibilitando a entrada das mulheres nos sindicatos como sócias, através disso, elas criam novas organizações, já que as existentes não incluem a extrativistas, a quebradeira de coco, na pauta da luta. As organizações criadas por elas se direcionaram principalmente as quebradeiras de coco babaçu, principal atividade desenvolvida por mulheres e crianças, os homens na fase adulta desenvolviam atividades na roça.

Desse modo, se espalharam organizações onde a base eram as quebradeiras de coco, as associações, cooperativas, sindicatos e sociedades se distribuíam pelos territórios dos quatro Estados fortalecendo a luta pela garantia da posse da terra, e pelo acesso e preservação de palmeiras de babaçu, pois quando as quebradeiras de coco adentravam as matas em busca do coco encontravam muitas vezes os babaquais no interior das propriedades dos fazendeiros da região, onde muitas vezes eram envenenadas por agrotóxicos ou derrubadas, gerando com isso um grande conflito.

A história dessas mulheres está intimamente ligada ao contexto de luta, primeiramente contra à subordinação e contra a privatização dos recursos de uso comum como a terra e os babaquais Na luta por reverter os processos de vitimização feminina, as mulheres quebradeiras de coco de babaçu se organizaram em movimentos sociais e criaram uma série de ações que revelam suas trajetórias. (...) nos últimos anos intensificando ainda mais a luta a favor do reconhecimento de uma identidade –quebradeira de coco e agindo contra as ações de grandes proprietários de terra, através da mobilização política, em favor de práticas ambientais e econômicas com a proposta de agroextrativismo do coco babaçu, objetivando a preservação e do livre acesso aos babaquais. (SILVEIRA, SCHUWARTZ, 2012, p.01-02)

Em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, promovem o I Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís com a finalidade de unir forças contra a derrubada, envenenamento e exploração desenfreadas das palmeiras de coco babaçu e a favor do Agroextrativismo sustentável, Através desses encontros nasce legalmente em 1995 o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

Constituindo-se em uma organização de mulheres camponesas que se aglutinam a partir de critérios de luta em defesa do ambiente, com a proposta de agroextrativismo do coco babaçu; de preservação e do livre acesso aos babaçuais, estabelecida em muitos casos a partir de lutas de caráter político-jurídico como no caso da construção de uma proposta de legislação específica - Lei Babaçu Livre; e por formas particulares de cooperação e associativismo; ao lado, ainda, de uma organização institucional própria que compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. (RÊGO, J. L. e ANDRADE, M. P. 2006) p.52-53

As várias associações distribuídas nos Estados Amazônicos se integraram ao MIQCB na luta pela necessidade de preservação da floresta e dos babaçuais, onde o acesso a terra e aos recursos naturais como é o caso das palmeiras de babaçu que através de suas utilidades diversas ajudam no sustento de milhares de famílias.

A existência deste movimento contribuiu para a melhoria de vida das associadas, entretanto, apesar das 400 mil quebradeiras de coco associadas há ainda aquelas que não pertencem a nenhum tipo de associação ou sindicato, gerando um desafio ainda a ser superado, além dos conflitos que ainda persistem em torno do acesso ao coco babaçu pelas quebradeiras mesmo com a existência da Lei do babaçu livre que compreende o fruto com uma riqueza natural livre ao acesso das extrativistas, estando ou não no interior de propriedade privada.

Hoje as extrativistas, quebradeiras de coco desses Estados, às que são sócias do MIQCB produzem e comercializam o Azeite de Babaçu, Carvão de Babaçu, Sabonete de Babaçu, Sabão de Coco Babaçu, Farinha de Babaçu e Artesanato confeccionados com a fibra do babaçu e contam com apoio financeiro de empresas públicas e privadas.

3.2.2 Movimento e organizações de mulheres no Amapá

No Amapá os movimentos de mulheres surgiram primeiramente via Igrejas, depois Sindicato, e em seguida através dos Partidos e associações de moradores. A Igreja apoiada na Teologia da Libertação constituía o único espaço público em que a mulher podia frequentar, a reflexão conjunta e as obras de caridades se mostravam presente nos núcleos de base da Igreja, onde a mulher passou a ter voz e vez, ocupando cargos e discutindo inicialmente sobre os problemas sociais e econômicos, e mais adiante sobre problemas políticos.

A organização ligadas as pastorais: pastoral da saúde, pastoral das crianças e os núcleos de base (...) eram às mulheres que faziam as reuniões, as mulheres que liam, (...) nosso núcleo aqui era nossa senhora do livramento, reunia só a mulherada ali, a gente lia o evangélico, fazia reflexão tirava coisas para fazer na comunidade, fulano ta doente ia la visitar o doente, levar remédio; fulano ta desempregado, (...) a comunidade tinha a história do ajudar né. Era uma forma de fazer a solidariedade,

questão da igualdade, enfim esse trabalho da igreja foi muito importante.
(Informação verbal)⁷

Essas organizações dentro das Igrejas foram se unindo às organizações com cunho mais político como partidos e sindicatos, mas sempre ligado a Igreja e a preocupação com o social. No Amapá havia uma relação bem próxima entre a cidade e o campo, pois os moradores da cidade ou vinham do interior para a cidade ou possuíam uma área, um terreno para o lazer da família. Assim, as lutas que se travam na cidade eram bem próximas do campo e vice versa.

O movimento de mulheres que teve mais contornos foi das trabalhadoras rurais, que durante a década de 80 com a realização do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Amapá, discutiu-se a necessidade de se criar um espaço que encaminhasse as reivindicações da mulher e trabalhadora do Campo. Assim um grupo de trabalho (GT) é criado para discutir a condição da mulher rural, onde este era responsável pelo encaminhamento das reivindicações e a articulação do movimento em cada município, onde se tinha uma representante municipal que promovia a articulação em seu Município. As principais reivindicações que o movimento encapou foram às questões voltadas ao direito da mulher a terra, a documentação, a saúde e a educação no campo. Assim, os núcleos de base das Igrejas e as trabalhadoras rurais foram o alicerce do movimento de mulheres no Estado.

No Amapá a conquista se dava em conjunto, a maior parte das organizações políticas e sociais trabalhavam em conjunto, mesmo porque os membros de um movimento, também eram membros de outro movimento. De tal modo, que as lutas se ligavam. Conforme Francimar militante do movimento de mulheres no Amapá as primeiras organizações de mulheres eram voltadas para as questões sociais, depois para as questões socioeconômicas, onde alguns grupos de mulheres se reúnem para buscar um meio que gerasse renda ou ajudasse a diminuir os gastos com as despesas domésticas, assim elas ou vendiam lanches ou faziam compras coletivas para conseguir um valor menor pelo total das compras.

O surgimento da idéia que deveria se ter representantes dos trabalhadores nos cargos em Brasília, fortaleceu os movimentos em geral na luta por organizar o Partido dos Trabalhadores no Amapá, daí em diante através do Partido e do sindicato se viabilizou na década de 80, a aglutinação de mulheres, compondo assim, um movimento integrado que vigorou até final da década de 90.

⁷ Francimar. Entrevista concedida a Karina Nymara. Macapá, 2013.

Entretanto, dentro dos partidos políticos se criaram setores de mulheres, onde elas independentemente do partido se encontravam para discutir os principais obstáculos enfrentados por elas.

Deste modo,

As dificuldades que a gente tinha primeiro pra ser candidata, tinha que passar as barreiras do pai do marido dos filhos da sociedade para poder sair candidata, e a segunda era mesmo a dupla jornada de trabalho né, que tinha que ta no movimento, tinha que cuidar do filho, do marido, quem tinha que trabalha fora trabalhava, quem não trabalha fazia alguma coisa lavava, passava pra ganhar algum dinheiro. (Informação verbal)⁸

Hoje as mulheres rurais se organizam em associações que tem como objetivo inicial a geração de emprego e renda, e a busca por direitos no campo, já que não há, na maioria das localidades e comunidades, a presença física de órgãos públicos, e o único meio de enfrentar a miséria e o distanciamento é o acesso às políticas públicas e o aproveitamento dos elementos naturais que existe ao redor, seja na confecção de biojoias ou na produção de especiarias com os frutos da região.

Além dessas organizações o Amapá sediou (e sedia) organizações de âmbito regional e nacional, como o Fórum da Amazônia Oriental – FAOR e a Articulação de mulheres Brasileira – AMB, onde esses se fazem presente no Estado através das respectivas entidades, Coordenação Estadual do Fórum da Amazônia Oriental e Articulação de Mulheres do Amapá. Segundo Sandra Cardoso,

O fórum da Amazônia oriental faz parte (...) o Amapá, Pará, Tocantins e Maranhão são quatro estados, e ai dentro desse fórum maior temos vários grupos de trabalho, são chamado GTs: gênero, raça, etnia, terra e território,.. dentro dos GTs a gente aglutina os movimentos que se identificam com cada GT e onde a gente discuti realmente a gestão da Amazônia, proteção da Amazônia, como e que essa mulher e vista dentro da Amazônia, o que realmente esses grande projetos faraônicos estão acontecendo na Amazônia e quais os prejuízos que eles causam pra Amazônia, quais prejuízos eles causam pra juventude, mulher, homens e crianças. (Informação verbal)⁹

No Amapá a coordenação Estadual do FAOR já realizou seminários para discutir, temas direcionados às questões sociais, à mulher, e às possíveis consequências da instalação dos grandes projetos na Amazônia. Sabe-se que a presença desses projetos desencadeia uma serie de problemas sociais, atingindo diretamente os amazônidas. Dentro deste fórum, os GTs específicos de mulheres discutiam e, ainda discutem, temas como a prostituição, a saúde e a violência contra mulher, além de alternativas econômicas para elas.

⁸ Francimar. Entrevista concedida a Karina Nymara. Macapá, 2013

⁹ Sandra. Entrevista concedida a Karina Nymara. Macapá, 2013

Em 2002 se organizava a I Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, em cada estado do país se formava delegações, no Amapá foi realizado um seminário com os diversos setores dos movimentos de mulheres existente, foram escolhidas 100 amapaenses entre índias, ribeirinhas, trabalhadoras urbanas e rurais, etc. para compor a delegação, entretanto somente 98 mulheres chegaram a participar, pois duas índias do município de Oiapoque, que faziam parte da delegação morreram no trajeto Oiapoque/ Macapá, onde o avião caiu no meio da floresta.

No evento houve a distribuição de uma cartilha que punha em pauta as principais reivindicações do movimento nacional de mulheres, feminista, onde no final da cartilha havia uma homenagem às índias de Oiapoque, a cartilha foi também distribuída nos Estados. No retorno do grupo ao Amapá, organiza-se um evento para distribuição da cartilha no Estado, surgindo daí a AMA Articulação das Mulheres do Amapá, vinculado à Articulação de mulheres Brasileiras, onde Sandra Cardoso se torna dirigente. Segundo Sandra militante do movimento de mulheres no Amapá, a AMA discutia a situação da mulher, a violência, o mercado de trabalho, etc. dentro de seminários e estudos em grupos, uma conquista do movimento foi à criação de um Centro de Referência e Atendimento a Mulher o CRAM, logo o Estado obteve outros avanços como a criação de outros centros que compõem hoje uma Rede de Atendimento a Mulher - RAM, composto por delegacias, secretarias, abrigos, hospital, conselhos etc.

Contudo, o Amapá como parte integrante da Amazônia aglutina em si a mesma diversidade de lutas, que geram lutas, organizações e movimentos específicos, pode-se citar hoje a presença das organizações das mulheres negras, lésbicas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas e agricultoras. Todavia, observou-se que se por um lado essas lutas se diferenciam em suas bandeiras e formas de luta, por outro lado se assemelham, pois fazem parte de uma mesma luta, que é contra as consequências deixadas em nossa sociedade pela condição excludente em que viveu as mulheres.

Se o movimento de mulheres rurais não teve um grande protagonismo na cena Amapaense nas décadas iniciais de organização no campo, isso se deu, sobretudo, pelo cenário que se encontrava o meio rural como será discutido em seguida.

3.3 Movimentos sociais rurais no Amapá

O meio rural brasileiro foi, e ainda é, palco de grandes conflitos, sobretudo em torno da terra, mortes, prisões, torturas, espancamentos, estupros, queima e destruição de

casas, devastação dos recursos naturais entre outros, foram atos cometidos contra a população pobre do campo, pois é ela que mais sofre com a devastação dos recursos naturais, uma vez que a sobrevivência dessas populações depende desses recursos.

Assim as atrocidades no campo são em sua grande maioria decorrências geradas pela privatização e grilagem de terras, onde muitas vezes os mandantes ou praticantes desses atos não são punidos, por estarem atrelados ao poder local ou por dispor de um grande potencial econômico privado. No campo do Amapá ocorreram muitas lutas que ao passar dos anos foram sendo moldadas, através do cenário político, econômico e social, perpassando por questões de comercialização de produtos, imposições de um governo militar até chegar às condições de trabalho no campo e apropriação de terras pelos grandes projetos agroextrativistas.

No Amapá, a intervenção dos governos para desenvolver a agropecuária vai moldar a história dos movimentos sociais no campo, definindo as experiências, os sucessos e fracassos iniciais. Através das instituições públicas de fomento a agropecuária, desde a criação do Território Federal do Amapá, o governo se faz presente, propondo, através de seus técnicos, saídas para superar os problemas da produção rural, principalmente os ligados a comercialização. Com esse fim, o cooperativismo será uma prática estimuladas nas principais áreas agrícolas. (FILOCREAO; MODESTO; RIBEIRO, 2012, p.07).

Os movimentos sociais rurais no Amapá assumiram contorno e expressão através de suas organizações como cooperativas, sociedades, sindicato e conselho. Sendo assim,

Um dos fatores que muito influenciou na organização dos agricultores no Território Federal do Amapá foi a implantação do serviço de extensão rural. Em 1974, foi criada a Associação de Crédito e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ACAR-AMAPÁ), iniciando suas atividades através da criação de um escritório central em Macapá e de (...) escritórios locais (...) possuíam quadros técnicos (...) que trabalhava em dois projetos: o Projeto de Promoção de Produtores de Baixa Renda (PPBR), que assistia os pequenos agricultores familiares, que tinham como principal produto a mandioca; e, o Projeto de Pecuária, que prestava assistência técnica aos criadores de gado bovino e bubalino. O perfil diferenciado dos extensionistas em função do público assistido estabelecia no corpo técnico da extensão rural, uma divisão conflituosa. De um lado, os técnicos que trabalhavam com os produtores mais ricos, os pecuaristas, professavam que os problemas no campo eram de natureza tecnológica, enquanto os que trabalham com os pequenos agricultores, viam esses problemas, como de natureza política. O fato é que: ao se alternarem no poder, esses grupos tiveram interferências positivas e negativas na organização política dos trabalhadores rurais. (FILOCREAO; MODESTO; RIBEIRO, 2012, p.07-08)

A presença dos técnicos no campo teve um papel decisivo, nas organizações dos trabalhadores rurais, pois através das varias reuniões com os técnicos, esses elaboraram uma proposta de criação de uma sociedade de saúde, que viesse atender as demandas no campo com mais eficiência, pois o acesso à saúde era muito precário. Embora este projeto não tivesse alcançado seu êxito, contribui para a reflexão dos trabalhadores sobre os principais problemas

vivenciados por eles. Pois as reuniões com os técnicos esclareceram sobre sua condição, e assim, conseguiram vislumbrar a importância de se organizar e esta organizada numa organização ou entidade de representação e luta.

Nesse período o governador era nominado pelo governo militar, ocasionando em diversas ações arbitrárias contra a organização dos trabalhadores rurais. Entretanto no cerne desse movimento nasce um grande líder, que se tornou referência na luta rural do Estado, chegando a ser perseguido pelo regime militar, onde foi preso e torturado, tendo que se refugiar na Guiana francesa, o sindicalista Pedro Ramos, filho de ribeirinhos do município de Afuá – PA vem para Macapá estudar onde teve o primeiro contato com os principais militantes de sindicatos e Partido político, no caso o Partido Comunista Brasileiro no Amapá.

Sendo assim, a primeira organização política dos trabalhadores rurais a Sociedade Central de Agricultores do Território Federal do Amapá - SOCEAP se deu com ajuda do dirigente da ACAR-AP e a gerente do PPBR, que disponibilizaram transporte para que “os agricultores José Siroca e Pedro Ramos pudessem se deslocar as diversas comunidades em que a entidade atuava para discutirem a proposta de criação uma organização para lutar pelos direitos dos pequenos agricultores amapaenses”. (2012)

Assim,

A SOCEAP foi criada no dia 27 de julho de 1977. A manutenção da SOCEAP se dava através das contribuições mensais de seus associados, repartidas em 35% para a Sociedade Local e 65% para a manutenção da Sociedade Central. Para (Correa et al (1985), a lógica foi contrariada, primeiro criou-se a Sociedade Central, para depois trabalhar-se na criação das Sociedades Locais. O processo de criação das Sociedades Locais foi facilitado porque já havia uma base bastante respectiva preparada pela Pastoral Rural; havia o apoio dos veículos e técnicos da ASTER-AP; além de que, a proposta era apresentada por lideranças dos trabalhadores, com a ajuda dos técnicos. Na fundação da SOCEAP havia por volta de 800 trabalhadores rurais. (FILOCREAO; MODESTO; RIBEIRO, 2012, p.09)

A partir daí os líderes dos trabalhadores esclarecidos de suas condições e do mecanismo para alcançar seus objetivos, constituíram quase 70 sociedades locais da SOCEAP nos quatro dos cinco municípios existentes na época. A SOCEAP era composta pela diretoria central em Macapá e as diretorias locais que formavam um conselho deliberativo, onde se discutia e detectava as principais dificuldades desses trabalhadores, como a falta de terra, melhores condições de mercado, transporte dos produtos e a documentação civil dos sócios. Pedro Ramos e as principais lideranças da SOCEAP tinham como meta conscientizar cada vez mais os agricultores da importância e da necessidade de se ter uma organização política, pois através dela que poderiam galgar conquistas a todos os trabalhadores rurais.

Em 1979, o Conselho Deliberativo da SOCEAP, funda a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores do Território Federal do Amapá - COMAPA, tendo como presidente

Pedro Ramos, que no momento também se encontrava como presidente da SOCEAP, deste modo a COMAPA surge para tratar da comercialização da produção dos agricultores, já que essa era uma das dificuldades desses trabalhadores. Por outro lado, no mesmo ano de criação da COMAPA o comandante Aníbal Barcelos assume o governo do território federal do Amapá, levando o grupo de técnicos da ASTER-AP que é contra o apoio à SOCEAP a assumir o poder do órgão.

Nessa forma a SOCEAP encontra profundas barreiras, como o fim do apoio logístico da ASTER-AP. Pois a SOCEAP possuía uma relação de dependência com a ASTER-AP e devido o fim do apoio, ela se enfraquece. Dentro desse cenário as organizações dos trabalhadores sofreram vários boicotes, sabotagens e desarticulação, onde esta última levou a saída de Pedro Ramos da presidência da COMAPA. Assim, as lideranças buscam apoio na Igreja, através da Pastoral Rural onde esta já possuía presença no campo esclarecendo os agricultores sobre a importância da organização política.

Por conta dessa conjuntura política repressora, a limitação jurídica da Sociedade, entre outros fatores já citados anteriormente, o líder Pedro Ramos em discussões sobre os problemas enfrentados, motiva-se a encontrar novas formas de organização política, em 1979 participa do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), em Brasília, onde a pauta versava sobre o rumo do sindicalismo rural, através do contato com outros líderes, chega até os sindicalistas rurais do Pará, que se em comprometeram em ajudá-lo a criar um Sindicato de Trabalhadores Rurais no Amapá. De fato foi o que ocorreu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá foi fundado em 1981 com a presença de mil agricultores. Deste modo, a história dessa organização inicia com grandes e poderosos inimigos, onde daí começa uma série de ameaças contra os sindicalistas e os trabalhadores rurais.

O SINTRA tinha como base territorial todos os municípios do Território Federal do Amapá. As Sociedades Locais da SOCEAP geralmente se transformaram em delegacias sindicais, chegando a ter 86 delegados sindicais, que se reuniam a cada 3 meses, segundo Pedro Ramos. As principais atividades do SINTRA foram defender os interesses dos seus sindicalizados nos conflitos, geralmente de natureza fundiária, destruição de roça pelo gado, envolvendo os pecuaristas, e as grandes empresas latifundiárias como ICOMI, BANACOPA, BRUMAZA, IRDA, AMCEL e a JARI. Seus principais aliados foram alguns técnicos que permaneceram em algumas repartições públicas e principalmente a igreja através da Pastoral Rural e posteriormente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). (FILOCREAO; MODESTO; RIBEIRO, 2012, p.12)

O SINTRA representa a organização política dos trabalhadores rurais que mais proporcionou, sobretudo a seus dirigentes, pressões, ameaças diretas, tentativas de intimidação e morte, por aglutinar a luta dos oprimidos, contra os interesses econômicos e políticos de grandes latifundiários da pecuária dos grandes projetos agroflorestais e minerais

que tinham a seu favor o poder do governo. A partir de 1985 o SINTRA consegue através da união com outras organizações urbanas, a indicação do novo Secretário de Agricultura. Essa aliança possibilitou a construção de uma feira para os agricultores na Cidade de Macapá proporcionando melhores condições de comercialização da produção rural, já que também o transporte dos agricultores até a feira na cidade era garantido.

Esse momento gerou boas conquistas aos agricultores no Amapá que além da melhor condição de comercialização, o movimento conseguiu aglutinar alguns aliados, tendo indicado o nome do novo superintendente do INCRA, pois o antigo trabalhava em favor dos grandes projetos. Deste modo, a aproximação dos trabalhadores rurais de varias região do Estado com o SINTRA seja através dos encontros ou quando eles iam vender seus produtos na cidade e se hospedavam no galpão do sindicato, possibilitou que este vislumbrasse os problemas enfrentados por cada trabalhador rural. No sul do Estado onde estavam instalados alguns grandes projetos exploração extrativista e mineral.

Sobre o sistema de aviamento ocorrido no sul do Estado, onde o seringueiro era mantido num regime de quase escravidão, uma antiga moradora relembra das historias que os trabalhadores contavam da região, antes da chegada de sua família.

Eles contavam muito uma historia de um Zé Julio, anterior a nossa chegada lá, que quando o peão reclamava pedia para ir embora, ele pagava, indenizava o cara, mas mandava um pistoleiro esperar lá na frente quando o cara ia passando matavam e trazia de volta o dinheiro, eles contam que muita gente foi enterrada na beirada do rio. (Informação verbal)¹⁰.

Esse trecho mostra um recorte das varias condição em que o trabalhador rural era submetido no campo. O SINTRA tomando ciência em 1984 dos problemas que os trabalhadores rural do sul do Estado enfrentavam, através da visita dos agricultores “Joel Barbosa Rodrigues de Água Branca do Cajari e Antonio Damásio de Boa Esperança do Cajari ao sindicato, para denunciar os problemas fundiários que ocorriam na região e as dificuldades dos moradores para acessar os seus direitos sociais” (p.14) a luta desses trabalhadores por melhores condições entra na lista de reivindicações do sindicato.

O sindicato inicia na região do Rio Maracá criando delegacias sindicais que vão trabalhar na organização das famílias que viviam da roça e da coleta da castanha e borracha, as pressões das grandes empresas latifundiárias, tinham nas mãos as terras da região que também eram compradas por grandes latifundiários, na forma de pessoa física. A luta inicia-se e a população é incentivada pelo SINTRA e pela ASTER-AP a se organizarem através de associações e sindicatos para que seja possível fortalecer a luta pelos direitos dessa

¹⁰ Francimar. Entrevista concedida a Karina Nymara, Macapá, 2013.

população agroextrativista do sul do Estado. A partir daí são criadas duas organizações políticas na década de 80, uma no Rio Cajari e outra no Rio Jari, a Associação Agrícola e Extrativista dos Trabalhadores Rurais do Cajari e Associação Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores de Laranjal do Jari.

As duas associações tinham papel importante no enfrentamento dos conflitos com as grandes empresas, pois através delas era possível mobilizar os trabalhadores, a AMAJA mobilizava um numero considerado de trabalhadores da região que ele atuava, em torno de 512 trabalhadores, por outro lado as multidões organizadas pelas duas associações no intuito de aumentar a produção para pressionar o governo, a disponibilizar infraestrutura, obtiveram ganhos, pois assim foram doados a regime de empréstimo, um caminhão, tratores, um barco, maquina de beneficiamento de arroz e um galpão.

Através da pauta de reivindicações dos extrativistas, o SINTRA busca nos mecanismos para assegurar a sobrevivência da floresta e das populações que viviam lá, a permanência na terra dessas famílias de trabalhadores e trabalhadoras do campo. Desse modo, os dirigentes do SINTRA buscam essa alternativa no movimento dos trabalhadores da Amazônia, que nasceu no Acre com a liderança do Sindicalista Chico Mendes. Segundo o sindicalista Rural do Amapá Pedro Ramos,

Quando foi pra criar o Conselho Nacional dos Seringueiros já havia uma articulação nacional que se esgotou com a criação da CUT, Central Única dos Trabalhadores, como a criação do PT que era Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical e nisso eu conheci o Chico Mendes, lá do Acre, a primeira vez que a gente se viu foi em Goiânia, depois em Vitória e ele falava das coisas do Acre e eu falava das coisas do Amapá, ele dizia que o Acre não podia ficar isolado e o Amapá também não podia se isolar e que a gente podia se juntar enquanto amazônidas pra fortalecer essa luta, esse movimento, e ai a gente conversava muito aqui a questão do movimento sindical camponês, nosso movimento sindical, que ele era muito voltado mais pra essas coisas agrícolas e menos voltada pra essas coisas do seringueiro, do castanheiro, então como ficava essa lacuna, além disso, também concepções que eram ainda muito urbanizadas ainda a questão sindical, difícil adaptação pro nosso meio. Então no meio disso tudo a gente começa a discutir o Conselho Nacional dos Seringueiros enquanto entidade que cuidava especificamente das populações tradicionais dos seringueiros, dos castanheiros, do açazeiro e a gente marcou a data, fez contato com o Cristovam Buarque de Holanda, que nesse tempo era reitor da UnB, e a gente se juntava com o Chico se juntava com alguns companheiros do Acre e alguns companheiros do Amazonas, mas quando foi na fundação a gente não conseguiu ninguém daqui porque a gente não conseguiu dinheiro pra reunião de 85, a criação da CNS em setembro de 85. (Informação verbal)¹¹

Sendo assim, nessa conjuntura cria-se o CNS, atual Conselho Nacional das Populações Tradicionais, em 1985 durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, onde o Amapá não participou da diretoria por estar ausente, ocupando cargo somente

¹¹ Pedro Ramos. Entrevista concedida a Filocreão, Macapá, 2009.

em 1989 com Pedro Ramos na vice-presidência, no mesmo evento fortifica a aliança dos povos da floresta, isso significa uma grande organização nacional que pressiona o governo a disponibilizar terras aos trabalhadores extrativistas.

Voltando ao Estado do Amapá a luta se vigora pela permanência na terra, já que as grandes empresas com a Jarí florestal, que queria retirar os trabalhadores da área, Sendo assim,

Na luta pelos interesses dos trabalhadores agroextrativistas, o SINTRA vai exercer uma pressão sobre o MIRAD/INCRA no Amapá, para a regularização fundiária das terras ocupadas por esses, em alguns casos por mais de dezenas de anos no Sul do Amapá; e fazer cumprir a proposta de Reserva Extrativista incorporada no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 30 de julho de 1987, através da Portaria No 627 que cria a figura do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). A partir dessas pressões, estabelece-se uma agenda de trabalho que envolve o MIRAD/INCRA, SINTRA e COMAJA com reuniões sistemáticas para debater a proposta, incorporando posteriormente nessa agenda o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e a ASTER-AP. (FILOCREAO; MODESTO; RIBEIRO, 2012, p.16)

Das reuniões por pressão do SINTRA e COMAJA, a região do Rio Cajari e Rio Jarí são tidas como prioridade para criação de reservas extrativistas, a agenda de trabalho envolvia a MIRAD/INCRA, SINTRA, COMAJA, CNS, IEA e ASTER-AP, onde o superintendente do INCRA no Amapá tinha sido indicado pelo SINTRA.

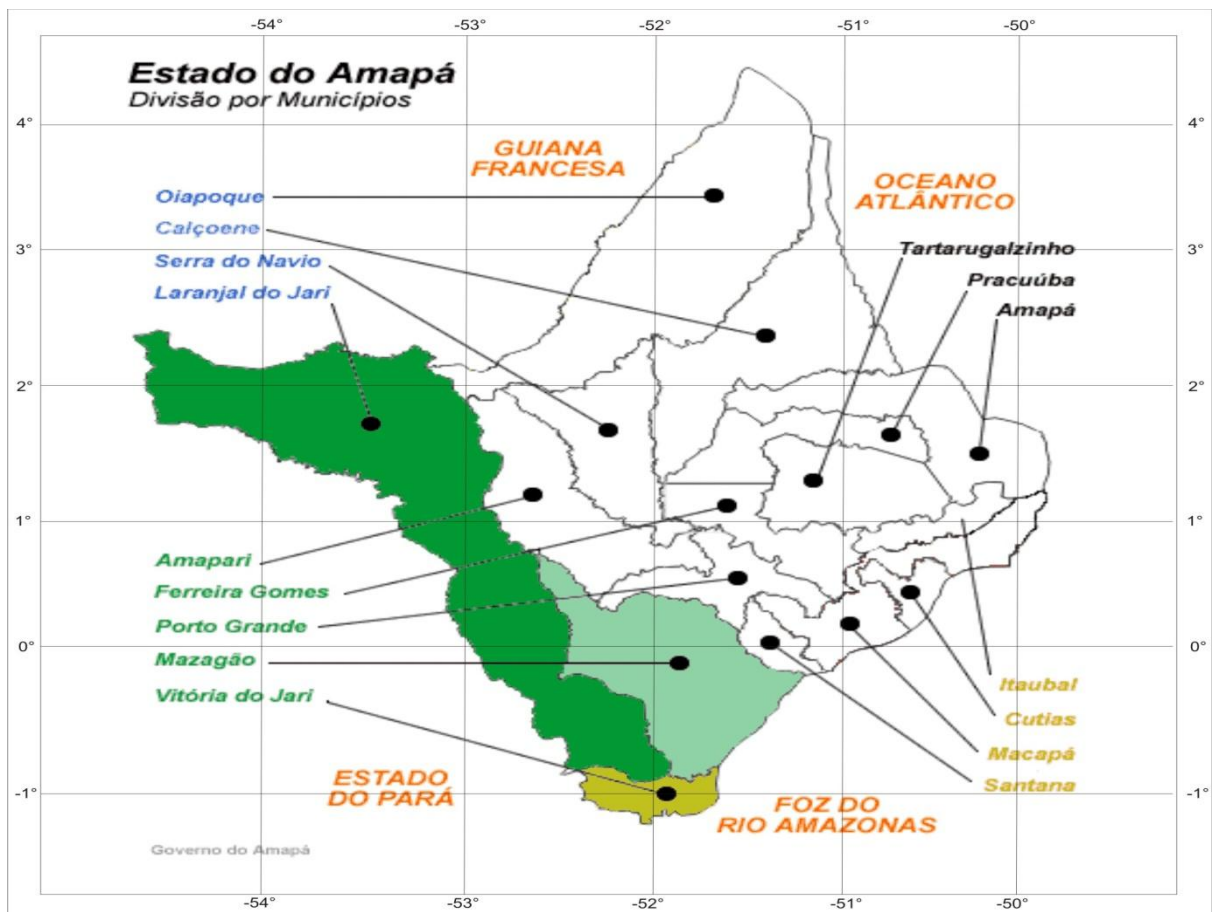
O cenário rural Amapaense torna-se prospero aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, com a criação de três Projetos de Assentamento Extrativista no rio Maracá (PAEs Maracá I, II e III) em 1989, Uma Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Cajari) em 1990 e Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Rio Iratapuru (RDS Iratapuru) em 1997. A disposição de aproximadamente 1.877.163 hectares de floresta para o uso sustentável, significou a maior conquista do movimento, pois possibilitou a sobrevivência da floresta e das populações que necessitam dela para seu sustento, seja na agricultura ou no extrativismo.

4. MOVIMENTO SOCIAL NA RESERVA EXTRATIVISMO DO RIO CAJARÍ NO AMAPÁ

4.1 As formas organizativas na Reserva Extrativista do rio Cajarí

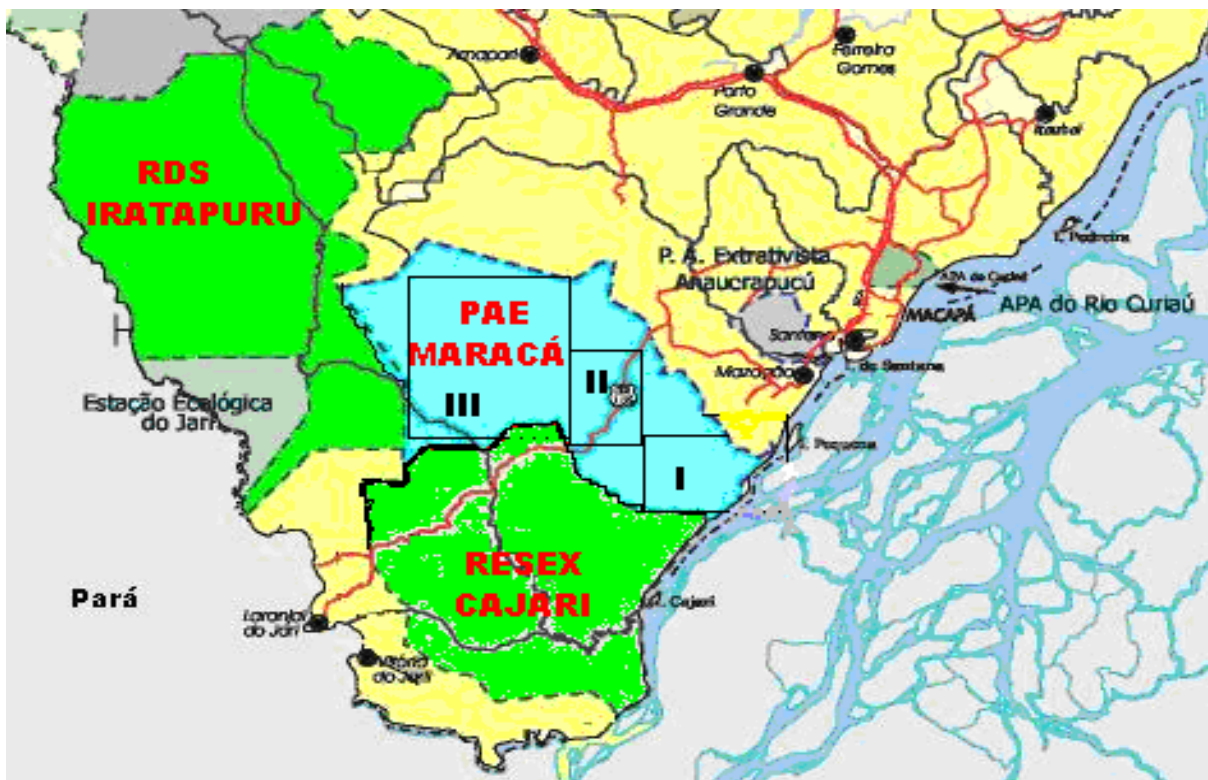
O Movimento Nacional dos Seringueiros possibilitou a união de várias parcelas de grupos organizados, no caso Mdo Amapá na região sul do Estado (Mapa 1) essas organizações viabilizaram a criação de alguns espaços de proteção ambiental (Mapa 2) para o uso sustentável das populações extrativistas, como é o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajarí criada em 12 de março de 1990 por meio do decreto federal 99.145, no contexto da luta pela sobrevivência na floresta, pois os seringais e Castanhais nativos possibilitavam o sustento das famílias agroextrativistas da região sul do Estado do Amapá.

Mapa: Região sul do Estado do Amapá



Mapa 1 – Região Sul do Amapá
Fonte: elaborado a partir de AMAPÁ, 2007

Mapa: Unidades de Conservação Ambiental.

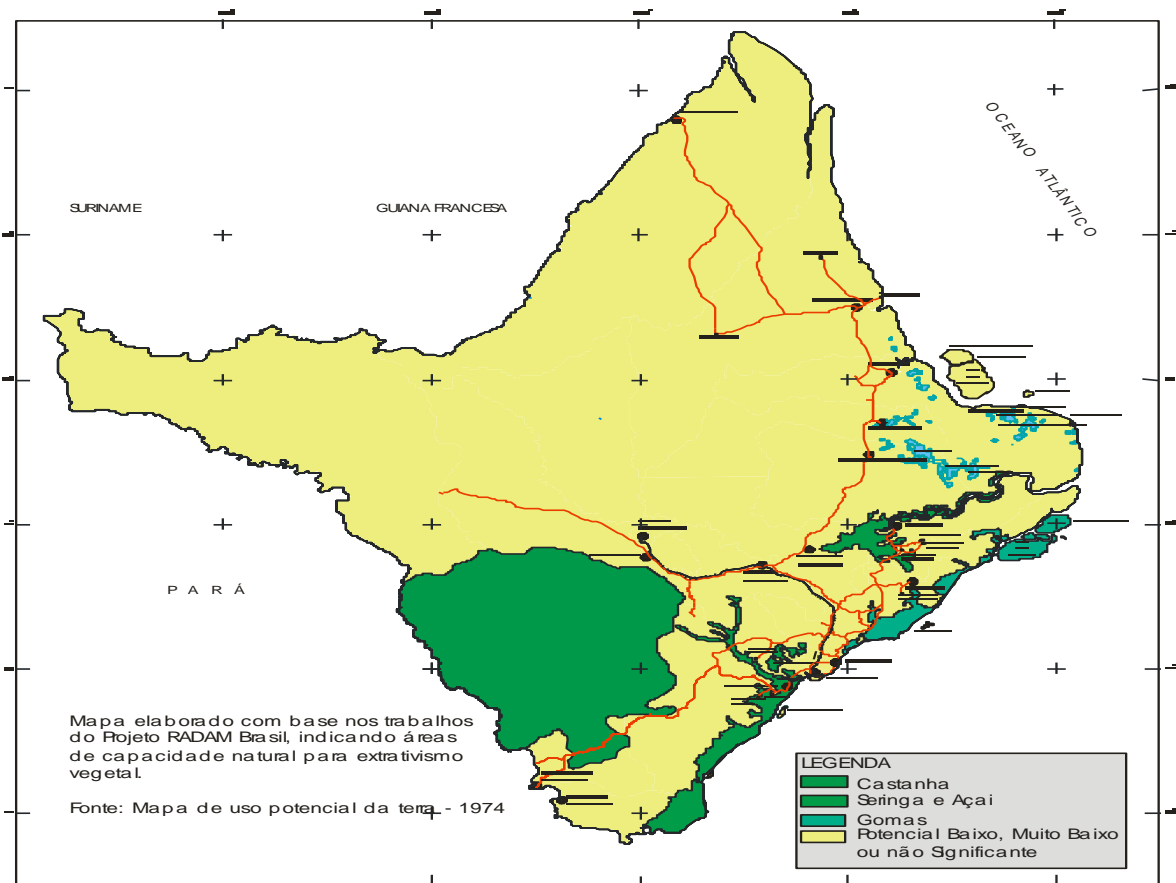


Mapa 2- Áreas Protegidas para o Agroextrativismo no Sul Amapá
 Fonte: Filocreão, 2010

O movimento dos seringueiros na Amazônia através da luta pelo direito de sobrevivência na floresta fornece subsídio para a “invenção” de um novo tipo de propriedade, o território das RESEX que constitui uma propriedade da União, que confere o direito de uso às coletividades tradicionais, por meio de um regime de concessão de uso que enquadra a gestão baseada na regulamentação dos direitos de uso através de planos e regras que assegurem a conservação do território.

Dessa forma, a RESEX Cajari criada em 1990, atualmente, é administrada e fiscalizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), esta localizada na região sul do Estado com área de 532.397,20 hectares distribuídos nos Municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, na bacia do rio Cajari, afluente do rio Amazonas, sob influência do rio Jarí. A região possui uma vegetação que inclui floresta de terra firme intercalada com Savanas, onde há a presença dos Castanhais (Mapa 3) e seringais nativos, tendo assim uma capacidade natural para o extrativismo vegetal (ICMBIO, 2013).

Mapa: Áreas de extrativismo vegetal do Amapá



Mapa 3: – Região Sul do Amapá onde se localiza a RESEX Cajari
 Fonte: Filocreão, 2010

A principal atividade econômica no alto RESEX Cajari é o extrativismo vegetal da Castanha-do-Brasil, onde as famílias possuem uma área florestal destinada à coleta, ou seja, um espaço que possui uma concentração de espécies vegetais produtivas, no caso a Castanhais, esses espaços são denominados como colocações, a agricultura e a pecuária são consideradas atividades complementares de subsistência, entretanto a roça ou na produção agrícolas se configura uma atividade familiar, onde o trabalho depende da quantidade de membros da família a serem alimentados. (FILOCREÃO, 2002)

A coleta da castanha obedece ao regime de safra, que se estende de fevereiro a junho. Nesse período, os produtores migram para dentro dos castanhais, às vezes em grupos, com a família ou sozinhos. A coleta do fruto ouriço (cápsula que reveste as castanhas) é feito da seguinte forma: amontoamento dos ouriços quebra, lavagem, secagem, estocagem e venda ou no uso do beneficiamento de subprodutos como é realizado pelas associações de mulheres do Alto RESEX Cajari. (FILOCREÃO, 2002)

Assim, a criação da Reserva no sul do Estado para o uso sustentável das populações locais significou a reafirmação, a construção e o desenvolvimento de um conjunto

de relações sociais, econômicas e culturais que se relacionam entre si e com o meio ambiente ao seu redor, produzindo assim um modo de vida único.

Assim, a preservação da biodiversidade da floresta,

(...) está relacionado às comunidades que sobrevivem e sustentam-se através da utilização da biodiversidade e de sua conservação, que consideram o valor intrínseco da biodiversidade. (KRUCKEN, 2007, p.184)

Vale ressaltar o papel do CNS na constituição de reservas e assentamentos de forma geral, mas integrando o Amapá. O CNS pode ser considerado um grande aglutinador das organizações das populações tradicionais, pois ao representar essas populações, atua como um transformador inicial de realidades rurais, através da criação e consolidação de espaços de proteção da vida dessas populações, que envolve nesse processo a proteção da floresta.

Conforme Joaquim de Sousa atual Presidente Nacional do CNS, a luta começa com um processo de organização dos comunitários em associação, que através dela inicia uma série de reuniões com os comunitários no intento de esclarecer seus direitos e o que significa o território em suas vidas, após é construído um abaixo assinado e o CNS encaminha aos órgãos responsáveis pelo modelo de uso coletivo, no caso da reserva essa é vinculada ao IBAMA/ICMBIO antigo CNPT que realiza um estudo biológico na área, a caminho de mostrar o potencial da biodiversidade e o quantitativo da população, já criada a Reserva estimula-se a criação de associações e a criação de uma “associação mãe”, que tem como propósito ser um instrumento de organização comunitária, ajudando também a implementação de algumas políticas públicas, assim os outros seguimentos como organização de mulheres vem fortalecer a luta, específica e geral dos moradores da reserva. (comunicação verbal, 2013)

Devido à grande extensão da RESEX Cajari a mesma foi dividida em três jurisdições, são elas: Alto, médio e baixo Cajari. Assim, cada jurisdição possui uma “associação mãe” entre cooperativas e outras associações com luta mais específica como as associações de mulheres. Entretanto, a primeira associação mãe da RESEX Cajari foi criada pelo CNS e pelo SINTRA em 15 de setembro de 1991 a Associação Extrativista da Reserva do Rio Cajari (ASTEX-CA), com 235 sócios fundadores, quando acontece a divisão da reserva por jurisdição a ASTEX-CA, por uma questão jurídica muda o nome para Associação dos trabalhadores agroextrativista do Alto Cajari, já que esta estava localizada na jurisdição do Alto.

Segundo Ozanei Ribeiro atual Presidente da ASTEX-CA, a associação tem o intuito de mobilização social, e em conjunto com as outras associações criar e gerir

mecanismos de proteção do homem na floresta, e da floresta na busca de recursos e políticas públicas para as populações locais. A diretoria da ASTEX-CA é composta por 10 membros: 1 Presidente, 1 vice-presidente, 1 tesoureiro, 4 secretários da executiva e 3 do conselho fiscal, a eleição é realizada em três e três anos, onde se forma chapas para concorrer através das campanhas eleitorais, no estatuto da ASTEX-CA consta que deve se ter 30 % de mulheres no movimento. A associação atua em 13 comunidades no alto Cajari: Boca do braço, Itaboca, Santarém, Dona Maria, Santa Clara, São Pedro, Sororoca, Água Branca, Acampamento, Mangueiro, Marinho, Martins e Açaizal. (comunicação verbal)¹²

Fotografia: Sede da ASTEX-CA



Fotografia 1: da Sede da ASTEX-CA na comunidade de Água Branca do Cajari.
Fonte: Pesquisa de campo em 2012

A presença organizativa na Reserva, após criação vem contribuindo para o alcance de alguns benefícios coletivos, assim como o acesso às políticas públicas ou projetos federais, Estaduais ou de instituição privada. Segundo o plano de utilização da Reserva, a

¹² Ozanei Ribeiro. Entrevista concedida a Karina Nymara. Comunidade de Água Branca do Cajari e Macapá. 2012-2013

responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução do mesmo, é dos fiscais Colaboradores, dos representantes dos Núcleos Comunitários, Conselho Deliberativo da ASTEXCA e IBAMA/CNPT, hoje ICMBIO. (Plano de Utilização. ICMBIO, 2013)

Dessa forma, a região do Alto Cajari onde a presente pesquisa se realiza, possui a ASTEX-CA como associação mãe, a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA) que proporciona a comercialização dos produtos do Alto da reserva, Outra Cooperativa vinculada a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC) onde esta cooperativa foi criada recentemente e ainda não esta em funcionamento, outra associação de mulheres é a Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade do Alto RESEX Cajari (AMOBIO). Observou que as organizações dentro da reserva compõem um Conselho Deliberativo da RESEX Cajari juntamente com outras instituições ligadas a questão, com finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

Entendem-se essas organizações, primeiramente, como uma unidade comunitária que buscam através da organização coletiva, melhores condições de vida, já que essas populações vivem numa área isolada, a importância de se organizar decorre deste ponto, pois através de uma organização jurídica coletiva e mais fácil o acesso aos ganhos para as comunidades.

4.2 Mulheres em movimento: Organizações AMAC e AMOBIO

O presente trabalho percorreu a história dos movimentos sociais e suas organizações no Brasil, para assim entender como surge e se desenvolve as lutas e conquistas coletivas, percebe-se que os movimentos sociais possuem suas unidades organizativas que se articulam entre si formando sustentáculo do movimento, daí um movimento social se organiza de varias maneiras, pois isso depende do líder e do cenário que este está inserido. Entendendo este ponto, o traçado histórico aqui colocado possibilitou enxergar a mulher, teve uma participação invisibilizada dentro dos movimentos sociais, e que este passou de participação á liderança. Assim, o feminismo se rompia com o modelo tradicional lutando pelos direitos humanos das mulheres, onde dele foi possível à visibilidade da questão da mulher na sociedade, e assim concedendo a elas uma nova função, as de atrizes e autoras de suas histórias. já o movimento de mulheres em toda sua heterogeneidade se tornou até hoje um instrumento de contestação e luta por melhores condições de vida.

Assim “os movimentos sociais são formas organizadas de ação que objetivam a transformação social.” (COSTA, 2005) E os movimentos de Mulheres vêm construindo alternativas coletivas, que são gestadas na consciência da situação concreta em que essas mulheres se encontram.

Desse modo os movimentos de mulheres da Amazônia Brasileira Rural, compõem unidades organizativas desse grande movimento que prima o caminhar em direção de melhores condições de vida para as mulheres rurais, se o homem do campo que vivencia os espaços públicos, eles são em sua maioria analfabetos ou cursou até o ensino fundamental, a mulher rural que vive no ambiente privado possui uma escolaridade ainda mais baixa. Portanto, as condições socioeconômicas na cidade se diferem bruscamente do meio rural, pois se a mulher pobre da cidade realiza um trabalho duplo muitas vezes, a do meio rural realiza um trabalho árduo, que inicia no ambiente doméstico que por si engloba diversas tarefas que explora sua capacidade física e psicológica, transpondo o cuidado dos animais ao redor da casa e findando nas roças ou em outras atividades agrícolas e extrativistas no campo. Dessa forma, a mulher, especificamente a mulher rural gera novas demandas na busca pela sua integração e emancipação, de tal modo a se tornarem interlocutoras e atrizes sociais.

Não obstante, na jurisdição do Alto Cajari no Estado do Amapá, depara-se com duas organizações de mulheres: Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari (AMAC) e Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade do Alto RESEX Cajari (AMOBIO), ambas trabalham com a geração de renda e emprego, por meio do beneficiamento da castanha coletada nas colocações das famílias agroextrativistas do Alto RESEX Cajari. A presente pesquisa qualitativa teve por objetivo identificar às principais contribuições das associações de mulheres no Alto Cajari, no tocante a renda, participação política, relação mulher trabalho e família e meio ambiente.

O estudo se deu por meio da pesquisa bibliográfica, incluindo documentos das associações, em seguida realizou-se a pesquisa de campo onde está incluiu: a observação, o registro fotográfico, conversações com as entrevistadas e moradores antigo da Reserva, e por fim, as entrevistas com vinte e uma mulheres sócias da AMAC e AMOBIO moradoras das comunidades de Água Branca do Cajari sendo esta a comunidade que possui uma maior quantidade de sócias, e outras na comunidade do Marinho. Em seguida, foi realizada entrevistas com a presidência antiga e atual da AMAC, haja vista, que a AMOBIO está em sua primeira diretoria.

Com a finalidade de entender a construção e as relações das associações de mulheres com outras entidades, entrevistaram-se os representantes antigos e atuais da

ASTEX-CA e CNS. Todas as mulheres convidadas a ser entrevistada não se recusaram, ao contrário, elas concederam as entrevista.

A pesquisa de campo permitiu conhecer a realidade social, econômica e cultural dessas mulheres, assim como, as conversas informais revelaram o anseio profundo por melhor condição de vida, além de detalhes íntimos e familiares que elas não se sentiam a vontade em falar na presença do gravador. As entrevistas realizadas com as vinte e uma mulheres possibilitou a construção de um perfil socioeconômico dessas mulheres, onde a faixa etária de idade é de 28 á 60 anos, todas trabalharam no agroextrativismo, antes com mais engajamento devido à falta de alternativas de renda, o grau de escolaridade vem do analfabetismo ao ensino fundamental completo, e todas as entrevistadas são casadas e têm filhos.

Conforme Filocreão (2002) sobre as famílias da região estudada são:

(...) do tipo patriarcal, onde o pai é o responsável pelo planejamento da produção e distribuição de atividades para a força de trabalho. O trabalho feminino, além das atividades domésticas (cozinha, lavagem, cuidados com as crianças), participa significamente nos roçados e nos sítios, sendo raramente utilizado nas coletas de castanha ou da borracha. (p.76)

Pelo exposto entende-se o contexto que essas mulheres estão inseridas, dando assim subsidio ao item seguinte, especificamente a organização de mulheres no alto Cajari.

4.2.1 Associação de Mulheres Agroextrativista do Alto Cajari – AMAC

4.2.1.1 A gênese

Para Gohn (2005) a consciência adquirida sobre quais são os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade, e por que se luta são fatores fundamentais para a organização de grupos, assim a organização das mulheres agroextrativista se iniciou em 1998 através da presença de uma senhora identificada como Dos Anjos do Município de Laranjal do Jarí. Por meio de reuniões levou até as mulheres da RESEX a importância de se organizar, enquanto mulheres carentes e rurais. As discussões e debates realizados, sobretudo em torna da possibilidade de geração de renda e empregos a essas mulheres, despertou nelas o interesse em participar da futura associação criada pela Dos Anjos. Sendo assim, a associação de mulheres agroextrativista do Rio Cajari foi criada em 1998, e teve como presidenta a Senhora Conhecida como Leonilce, está pertencente ao Estado do Pará, contudo devido às normas da reserva, de não permitir que não moradores da reserva ocupasse cargos comunitários, a mesma foi obrigada a deixá-lo.

O fato é lembrado pelas próprias mulheres fundadoras desta associação.

Quando apareceu uma mulher do Jarí, e queria fundar uma associação de mulheres e falou um monte de coisa e todo mundo se animou né, por que quando e a parte de dinheiro não tem quem não queira, ai lá juntou uma senhora que tinha vindo da banda do Pará escolhemos ela pra ser a presidente ela mandou fazer aquele prédio lá, mas não foi pra frente (Informação verbal)¹³

Os bens deixados por essa associação foi um pequeno espaço, onde aconteciam às reuniões das sócias na comunidade de Água Branca do Cajari, as principais propostas desta associação, que tinha como desígnio fornecer e promover condições e ações para a geração de renda e emprego às mulheres foram elas: em primeiro o projeto da fabricação de sabão, em segundo a confecção em corte e costura, ambos os projetos chegaram a proporcionar cursos de introdutórios nas comunidades.

Essa associação não conseguiu se desenvolver, nem em relação aos projetos propostos e nem como uma organização jurídica, pois devido os anos sem atuação a documentação foi perdida ocasionando o fim da mesma. Observando por outro lado, o fracasso dessa associação deveu-se em primeiro lugar pela saída e afastamento das líderes organizativas, pois segundo Gohn (2005) para se alcançar os objetivos de um grupo se faz necessária a ocorrência de uma liderança esclarecida, ou seja, a líder e o elemento fundamental na constituição e desenvolvimento das ações coletivas, pois e a partir de seu esclarecimento que as ações vão se tomando contornos em direção os objetivos do movimento.

Mas porque não houve uma mulher da reserva que tomasse a frente dessa associação naquele momento? Esses motivos são gerados dentro da questão de participação política das mulheres da reserva, mesmo existindo mulheres engajadas na luta no campo eram poucas, pois elas em sua maioria se ocupavam das atividades domésticas e de cunho agroextrativistas. Também infere-se que a divisão sexual do trabalho não estipula horários para a execução do trabalho feminino, com isso, impossibilitava a participação mais ativa dessas mulheres, assim como seu esclarecimento político. Vale ressaltar que todos no alto RESEX Cajari são sócios da ASTEX-CA que é descrita como associação de homem e mulher.

Dessa forma, verificou-se que as comunidades, e as mulheres não absolveram a ideia da associação, pois até então elas viviam na dependência econômica e psicológica do marido, apesar do agroextrativismo ser uma atividade realizada principalmente pela mulher e o marido. Vislumbrou, também, como ponto a elaboração das propostas para a geração de renda e emprego não levou em consideração o conjunto ambiental, social e cultural que se

¹³ Andrelina Almeida. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012.

tinha dentro da reserva, e que essas mulheres faziam parte, as propostas lançadas vieram de acordo com as vivências das líderes que não pertenciam à reserva. Devido a essas condições por um longo tempo essa associação e a organização de mulheres caíram no esquecimento.

Após cinco anos da existência dessa associação as mulheres mais entendidas das necessidades de se ter uma organização de mulheres enquadraram a discussão da criação de uma nova associação, esta gestada pelas próprias mulheres da reserva com o apoio da ASTEX-CA. Em 8 de Maio de 2004 surge, a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC) com 35 sócias fundadoras, tendo Zenilda Batista como presidenta.

Assim, a AMAC em 2006, abrangia nove comunidades das trezes existentes no alto RESEX-CA, onde a mais atuante era comunidade local, Água Branca do Cajari. O estatuto da nova associação se baseava primeiramente nos critérios de proteção do meio ambiente, onde o objetivo central da associação dentro da reserva seria a preservação e equilíbrio dos recursos naturais e seus ecossistemas, e garantir às populações tradicionais a exploração sustentável de forma a alcançar o equilíbrio ecológico e qualquer outra atividade doméstica de sustentação econômica, por conseguinte a promoção cultural e socioeconômica de seus associados. (Estatuto social da AMAC, 2004)

Com isso, as principais propostas da diretoria se referiam ao retorno do projeto de corte e costura e a produção de joias, pulseiras, colares, brincos produzidos artesanalmente com matéria prima colhida na floresta. Através da ASTEX-CA a AMAC em seu berço adquiriu máquinas de costuras, chegando a confeccionar roupas para a festa junina da escola local, mas novamente a atividade não foi absolvida pelas mulheres das comunidades atingidas pela AMAC. A outra proposta da fabricação de jóias feitas com matéria prima retirada da biodiversidade da região, também teve seu momento de aceitação, a associação realizou um empréstimo ao banco da Amazônia, para iniciar sua atividade de produção das bijuterias com elementos naturais a chamada por elas como Biojoia, onde proporcionou a essas mulheres a produção e venda de algumas peças.

Nos anos correntes a associação não teve o alcance de uma atividade produtiva que viesse gerar renda e emprego às mulheres, a associação que primeiro não tinha quem dirigisse, em 2009 gera um conflito para a eleição da nova diretoria. Assim, a assembleia geral em 10 de março de 2009 tendo como pauta a escolha da nova diretoria da AMAC, elege a chapa vencedora tendo as seguintes distribuições de cargos, Elziane Ribeiro - Presidenta, Nelziane Araújo – Vice presidenta, Edicléia Gomes - secretária e Fabiane Souza - tesoureira.

Desse período a AMAC passa por novas mudanças, a caminho de estabelecer, novos projetos que viesse a garantir primeiro a preservação ambiental e em segundo a geração

de renda e emprego as mulheres do Alto RESEX Cajari. Por meio de debates entre as mulheres da AMAC e a ASTEX-CA, sobre qual projeto a associação poderia trabalhar para geração de renda e emprego, veio a tona os produtos derivados da Castanha. Já que a atividade de produção do biscoito de castanha era algo que já acontecia nas comunidades do Alto Cajari, onde as mulheres de forma individual produziam e vendiam esses produtos ao longo da BR 156, porém com precária estrutura. Essa produção vendida era de baixa escala, pois cada mulher produzia em suas cozinhas e vendia individualmente.

A produção do biscoito derivado da castanha foi uma alternativa bem viável não só para as mulheres produzirem individualmente, mas para produzirem e venderem em grande escala através da AMAC. Pois devido à existência das entressafras da castanha, a venda dela em escala menor não interessava os compradores.

Assim,

Tem safra, entressafra que tem um período que a castanha dá dinheiro e tem o período que a castanha não dá dinheiro, então foi um dos motivos que a gente procurou ver de que forma a gente poderia vender a castanha num melhor preço, com mais valor, aí a gente decidiu trabalhar com subproduto da castanha, que nem todo ano a castanha dá um bom dinheiro, então esse é um dos objetivos de nos ter se organizado e trabalhar com derivados da castanha. (Informação verbal)¹⁴

Deste modo, a AMAC encontra no beneficiamento da castanha uma direção a seguir. Contudo um ponto que ficou claro faz referência a essa busca pelo com que trabalhar essas mulheres? Percebe-se que as propostas de trabalhar com o sabão, a Biojóias até a chegada da proposta de trabalhar com derivado da castanha, fazem inferir que essa busca se relacione com a identidade dessas mulheres que estão inseridas dentro de um processo histórico e cultural de coleta da Castanha e de agricultura. Assim, Castells (2002) entende por identidade um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado” (p.22). Assim, a base cultural dessas mulheres é o agroextrativismo que se relaciona intimamente com a natureza e os recursos ambientais.

Já resolvido o problema da atividade principal da AMAC para a geração de renda e emprego, a associação direcionou inicialmente sua primeira atividade a reforma do antigo espaço de reunião, transformando este em uma cozinha industrial (Fotografias 2, 3) comunitária, com espaço para escritório.

¹⁴ Elziane Ribeiro. Entrevista concedida a Karina Nymara, Comunidade de Agua Branca do Cajari, 2012.

(...) a gente transformou ela numa cozinha comunitária (...) adaptou ela todinha como o padrão que a vigilância exige, toda de alvenaria, toda forrada pra gente trabalha hoje com o produto. (Informação verbal)¹⁵

Fotografia: Área externa da cozinha comunitária da AMAC.



Fotografia 2: Área externa da Sede e Cozinha comunitária
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Fotografia: Área interna da Cozinha



Fotografia 3: Área interna Cozinha comunitária equipada.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No intervalo das atividades para iniciar a produção com os produtos derivado da castanha, a AMAC escreve um projeto social por meio do edital da Secretaria de Mobilização e Integração Social do Estado do Amapá, a primeira atividade das mulheres fora de suas casas, dos castanhais e da roça. O projeto tinha como publico alvo crianças e adolescentes da

¹⁵ Elziane Ribeiro. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012

comunidade locais, durou 5 meses numa casa alugada para o projeto, as atividades eram voltadas para o incentivo á leitura, as arte e esporte, tendo também cursos sobre horta comunitária.

A partir daí a AMAC acessou o crédito apoio mulher do INCRA que visa promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, contribuindo assim para igualdade de gênero do meio rural. Esse crédito possibilitou a construção da Feira Popular na comunidade de Água Branca do Cajari à beira da BR 156 (Fotografia 4, 5), onde as mulheres que acessaram o crédito através da AMAC possuem um Box para venda de seus produtos, produzidos individualmente.

Fotografia: Feira Popular Comunitária



Fotografia 4: Extensão da Feira.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Fotografia: Feira Popular Comunitária (Divisão por Box)



Fotografia 5: Cada mulher que acessou o Apoio Mulher do INCRA através da AMAC recebeu um Box.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Assim existem dois tipos de produção dos derivados da castanha, primeiro a produção individual que é vendida na feira, em segundo a produção em grande escala realizada na cozinha da AMAC. As mulheres da vendem bolos, doces, bombons, paçoca, biscoitos, todos derivado da Castanha, além da banana frita. Já na AMAC a produção e de biscoito, paçoca e banana frita, pois atualmente a associação vem trabalhando desde 2010 com os editais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através do programa de Aquisição de Alimentos (CONAB/ PAA), onde estes alimentos vendidos pela AMAC são doados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, entre outros alvos.

4.2.1.2 O funcionamento

Já concluído como se deu a construção do que é a AMAC hoje, alcança-se seu atual funcionamento. Hoje a diretoria da AMAC é composta por: Presidência, Vice-presidência, Secretaria, Tesouraria e conselho fiscal. Suas ações em primeiro lugar estão voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente, por seguinte geração de renda e emprego as suas sócias. Para ser uma sócia a mulher deve apresentar além dos documentos como CPF e RG uma declaração emitida pelo ICMBIO ou ASTEX-CA que comprove ser residente na reserva, cada sócia contribui com uma mensalmente com uma taxa de 2 reais para as despesas administrativas.

Na região estudada o interesse de ser sócia em alguma associação como as das mulheres ou da ASTEX-CA decorre, sobretudo, pelo entendimento que através da

organização coletiva o acesso a políticas públicas, crédito rural e outros benefícios são acessados com maior facilidade.

Hoje a AMAC possui 180 sócias distribuídas pelas 13 comunidades do Alto Cajari, dentre as 180 mulheres, 58 delas trabalham com a produção de biscoito (Fotografia 6), paçoca e banana frita. O período de trabalho das mulheres na AMAC acontece conforme o contrato com a CONAB/ PAA, “a gente consegue contrato, tem ano que a gente consegue e ano que a gente não consegue” (atual presidenta da AMAC)¹⁶.

Fotografia: Etapas da produção do biscoito



Fotografia 6: a) Uniformizadas para o trabalho; b) Dando forma ao biscoito; c) Assando o biscoito; d) Embalando e lacrando; e) Embalado para entrega.

Fonte: Projeto Movimentos Sociais CNPQ/ 2010.

Dentro dessa produção coletiva dos derivados da castanha, as mulheres se organizam na cozinha comunitária da AMAC na comunidade de Água Branca do Cajari, onde o grupo maior de 58 mulheres se divide em três grupos menores que revezam entre si a utilização da cozinha, a carga horária de trabalho por dia no revezamento e de 11 horas por dia, elas saem de casa as 07h00min da manhã e voltam às 17h00min da tarde.

¹⁶ Elziane Ribeiro. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012

Nesse sentido, as horas que elas passavam fora de casa o trabalho doméstico muitas vezes acumulavam quando estas não tinha uma filha que lhe ajudasse nas tarefas domésticas. Observou-se que os maridos inicialmente eram contra o trabalho da mulher fora de casa, primeiro pelo trabalho doméstico que ficava sem ser realizado, segundo por não acreditar que elas pudessem desenvolver uma atividade que gerasse renda. Contudo, as mulheres da AMAC rompem com o espaço privado destinado a elas tradicionalmente para assim buscar sua autonomia econômica.

É certo que a forma com que a mulher era dominada de antes, não se faz presente, atualmente, na cultura e nas relações atuais. (TOURAINÉ, 2006) As mulheres entrevistadas em relação ao marido permitir ou não que estas viessem a trabalhar fora de casa, às respostas se encaminharam ao fato do marido inicialmente ficar “aborrecido” e em seguida ao fato que a mulher hoje conquistou seu espaço e sua liberdade de expressão “porque antes ela não tinha esse espaço e hoje ela tem que abraçar, assim que eu entendo” (Maria Gracilene, AMAC)¹⁷

Deste modo, expõem-se dois momentos significativos na vida dessas mulheres, o de antes da AMAC e o depois da AMAC. “Meu primeiro trabalho foi na AMAC, o único trabalho fora de casa foi mesmo esse, porque sempre trabalhei na roça, agricultura agora saindo da agricultora foi na AMAC” (Maria Gracilene, AMAC). Entre as mulheres entrevistadas constatou que o trabalho na AMAC representou a não dependência ao marido, assim como uma alternativa de uma vida melhor, “hoje tenho meu dinheiro, antes dependia dele agora não dependo mais, ele tem o dinheiro dele e eu tenho o meu.” (Zenaide, AMAC)¹⁸

Para a profissionalização das mulheres a associação solicita ao SEBRAE/AP cursos entre eles estão os de boas práticas para manipulação de alimentos, associativismos e cooperativismos. Assim o instrutor do SEBRAE realiza o curso na própria comunidade.

Já qualificadas, o trabalho das sócias da AMAC começa dentro da floresta na roça com a coleta da banana e nos castanhais “eu e meu marido que fazemos coleta da castanha, quebrando o ouriço e colocando dentro do peneiro, ajunta, amontoa, durante o inverno quase todo (...) chega em casa lava e coloca pra enxugar.” (Maria Lucia, AMAC)¹⁹. Assim cada mulher traz para a cozinha da AMAC uma quantidade já estabelecida da castanha e da banana, os outros ingredientes como açúcar, manteiga e farinha de trigo são comprados em conjunto pelo grupo onde é somado o valor total da compra e dividido, assim o dinheiro para pagar esse valor vem do trabalho familiar da roça e do castanhal.

¹⁷ Maria Gracilene. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012.

¹⁸ Zenaide. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012.

¹⁹ Maria Lucia. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012.

Dentro do presente edital da CONAB/ PAA a AMAC produz coletivamente, e o pagamento é dividido entre as mulheres em partes iguais. Além do trabalho na AMAC, algumas mulheres recebem ajuda do governo, como Bolsa família, Renda para viver melhor e o Bolsa verde, mas só esses auxílios não são suficientes. O trabalho na AMAC proporcionou a essas mulheres a garantia de renda e emprego, pois a AMAC concede a sua associada declaração para auxílio maternidade, aposentadoria entre outros benefícios que uma trabalhadora pode acessar.

Assim como a ASTEX-CA a AMAC possui como papel principal fomentar ações que venham garantir o uso sustentável dos recursos florestas, desempenhando um papel também de responsável pela aplicação do plano de utilização da reserva. Através da experiência coletiva que essa associação proporcionou as mulheres da reserva constataram-se mudanças na forma que elas se articulam e participam das decisões coletivas dentro da reserva. Foi visto que hoje o quadro de concorrência para a diretoria da AMAC cresceu devido à participação política dessas mulheres nas disputas políticas para a diretoria da associação.

A organização das mulheres vem crescendo cada vez mais, e no intuito de transformar os produtos derivados da castanha num produto certificado para comercialização em larga escala no mercado, levou a criação da Cooperativa da AMAC em 10 de março de 2012, já que a associação por ser uma entidade sem fins lucrativos não pode emitir nota fiscal, nem comercializar os produtos no mercado.

Por meio da parceria com o Projeto Carbono Cajari, a AMAC recebeu um furgão para o transporte dos produtos e um carro pequeno, além da construção de cozinhas comunitárias em cada localidade. Dessa maneira, a AMAC possui um papel ímpar na transformação da vida das mulheres do Alto Cajari.

4.2.2 Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade do Alto RESEX Cajari – AMOBIO

4.2.2.1 A gênese

Apesar de a AMAC atuar nas 13 comunidades do alto Cajari, ela não consegue sozinha dar conta do grande percentual de mulheres existente em toda a região do alto Cajari. Desta forma, através de reuniões e discussões e visto a necessidade de criar outra associação

que venha a contribuir para a absolvição de mais mulheres na geração de renda. Assim, em 5 de janeiro de 2012 na sede da ASTEX-CA reuniram-se 91 mulheres em assembleia para discutirem e deliberarem o surgimento de uma nova associação de mulheres. Desse modo, o estatuto e a diretoria da AMOBIO e eleita por chapa única em 25 de janeiro de 2012 da seguinte forma: Miranilce de Araújo na presidência, Lidiane Pimentel na vice-presidência, Odarilene Cardoso na secretaria, Ozimar Cardoso na tesouraria e mais três nomes para o conselho fiscal.

A AMOBIO passou a existir juridicamente em 5 de março de 2012 e vem realizando desde então suas atividades voltadas também para o beneficiamento da castanha. A AMOBIO não possui ainda uma estrutura física própria, mas ela pertence juridicamente à comunidade de Santa Clara, Município de Mazagão.

4.2.2.2 O funcionamento

O funcionamento jurídico da AMOBIO se assemelha, ao da AMAC, mesmo porque o estatuto das duas associações é similar, entretanto o funcionamento social se difere da AMAC e esta diferença que tratar-se-á a seguir. A presente associação já surgiu tendo a tarefa de contribuir com a AMAC no que tange o alcance maior as mulheres das 13 comunidades. Em suas atividades iniciais a AMOBIO reuniu as mulheres sócias, junto com sua família para discutir e esclarecer o modo que iria se dá o trabalho dessas mulheres na associação pelo PAA/ CONAB que compra a produção da associação, e esta faz a entrega nos locais estabelecidos pela CONAB como pontos de doação.

Percebe-se que dependendo da condição econômica e da relação do casal, o marido acaba tentando impor que sua esposa trabalhe somente um período, alegando que não haverá ninguém para cuidar da casa e dos filhos. Constatou que o trabalho da mulher ainda é percebido como “ajuda ao marido”, isso nos mostra uma desvalorização do trabalho dessas mulheres rurais. Entretanto essa questão está sendo desconstruída no próprio exercício do trabalho dessas mulheres, pois a comunidade, a família e os maridos dessas mulheres após a primeira entrega e o pagamento perceberam que estão reconhecendo o trabalho da mulher como algo produtivo, que traz renda para a casa, assim muitos maridos acabam realizando os trabalhos domésticos quando a mulher esta trabalhando na associação.

Assim, a vida antes da associação de mulheres.

Na época que a gente se criou aqui era uma coisa, pra gente comprar uma roupa ou alimento era difícil porque a gente não tinha como vender nada, tinha a produção aqui, mas às vezes até se estragava porque não tinha às vezes mercado pra gente levar pra vender, a castanha a gente vendia muito barato por aqui... agora a renda aumentou da pra gente comprar aqui. (Maria de Nazaré, AMOBIO)²⁰

O trajeto do trabalho das mulheres na AMOBIO se dá também no percurso que inicia nas matas da floresta, colhendo a castanha e a banana, onde esse produto é levado até a cozinha da AMOBIO (Fotografia 7) na comunidade do Marinho, e lá o beneficiamento acontece seguindo as etapas de lavagem, secagem, quebra da amêndoa da castanha, depois ralar e misturar os outros ingredientes, chegando ao forno para assar e o empacotamento do produtos para entrega. O mesmo processo acontece com a banana que é colhida na lavoura de cada família. Como a AMOBIO possui um pequeno espaço onde a produção é realizada as 15 mulheres são divididas em grupos pequenos assim como na AMAC elas revezam o uso da cozinha comunitária.

Fotografia: Cozinha Comunitária da AMOBIO na Comunidade de Marinho



Fotografia 7: a) Vista externa; b) Área interna; c) visão mais ampla; d) Produção do biscoito.
Fonte: Projeto Movimentos Sociais CNPQ/ 2010; Pesquisa de campo, 2012.

²⁰ Maria de Nazaré. Entrevista realizada na pesquisa de campo, 2012

Antes da AMAC e AMOBIO o trabalho da mulher agroextrativista da região pesquisa se dava na roça com a plantação de mandioca, banana e a castanha era só colhida e vendida, além do trabalho doméstico que elas realizavam. Atualmente a AMOBIO abrange 10 comunidades são elas: Ariramba, Dona Maria, Boca do braço, Santarém, Água branca, Martins, Sororoca, Santa clara, Itaboca e Retiro, sendo as mais atuantes as comunidades de Martins e Sororoca. As mulheres que trabalham no beneficiamento da castanha na AMOBIO também pagam uma taxa de 2 reais mensais para gastos administrativos da associação.

O trabalho das mulheres na AMOBIO é pago após a entrega do produto, que a CONAB deposita o dinheiro na conta da associação e esta faz o pagamento igualitário para cada mulher. A associação não possui ainda uma estrutura física, devido sua recente criação ela tem apoio da ASTEX-CA na questão do transporte e alimentação das sócias quando há reunião ou cursos.

Conforme Miranilce Araújo do Carmo presidenta da AMOBIO, o intuito da associação é trazer melhoria de vida para dentro da reserva contribuindo com ações voltadas para a preservação do meio ambiente até a busca por alternativas que venham a aumentar a renda, das mulheres e das famílias da reserva. Uma preocupação da associação é promover práticas ambientais educativas e o acesso às políticas públicas voltadas para a mulher rural. A associação já promoveu cursos de panificação, corte e costura, entre os cursos de qualificação das mulheres ao trabalho de produção do derivado da Castanha. Entre os cursos estão, também, os voltados para o esclarecimento sexual da mulher, assim como sua saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso da presente pesquisa observou-se que as causas que motivaram a organização política das mulheres dos castanhais do Alto RESEX Cajarí são de cunho econômico, ou seja, as dificuldades econômicas enfrentadas no cotidiano levaram as mulheres/ esposas a buscarem uma alternativa que viesse contribuir na renda familiar. A partir daí surgem às associações AMAC e AMOBIO, que propiciaram não somente uma alternativa socioambiental com a produção dos derivados da castanha, mas uma mudança considerável na vida dessas mulheres.

Constatou-se que a hipótese construída corroborou com a pesquisa de campo e as interpretações e análises dos dados coletados. As mudanças ocorridas na vida dessas mulheres castanheiras conferiram-se dentro da discussão do presente trabalho que expôs os campos dessas mudanças: autonomia econômica, participação política e relações de gênero. Assim, a organização coletiva possui um poder na formação do indivíduo e na transformação do meio que ele está inserido (GOHN, 2005).

As participantes das associações AMAC e AMOBIO presenciaram em suas vidas uma mudança individual e coletiva que modificou suas condições sociais, econômicas e culturais, através da alternativa socioambiental que estas associações criaram dentro da reserva.

Verificou-se por meio das entrevistas e anotações de campo que a mulher/esposa que trabalha na produção dos derivados da castanha conquistou sua autonomia econômica. As entrevistadas relataram que antes do trabalho realizado nas associações, elas ficavam sempre esperando do marido o dinheiro para comprarem o que precisavam, hoje com o dinheiro que recebem se planejam e compram desde objetos de uso pessoal até aparelhos de TV, além de contribuírem na despesa da casa.

Dentre as entrevistadas observou que grande parte dessas mulheres nunca tinha exercido um trabalho remunerado, sempre trabalharam no âmbito doméstico e rural, sendo assim o primeiro emprego dessas foi na associação. Percebe-se com isso que elas antes não conviviam nos espaços públicos com a mesma frequência que seus maridos, isso inibia sua participação, que com a presença das associações criam-se condições para a participação destas nos espaços públicos onde é neste que a interação social, além de outros elementos que possibilita a formação de uma consciência crítica.

A castanheira está inserida dentro de uma estrutura familiar patriarcal que por sua vez dá corpo as comunidades locais da reserva. De tal modo que a pesquisa observou que de

início os maridos e a própria comunidade não acreditavam que as associações de mulheres pudessem trazer melhorias, nem mesmo gerar renda, pois na idéia deste a mulher/ esposa era mais necessária no âmbito privado, essa concepção mudou quando a AMAC e AMOBIO realizaram seu primeiro pagamento as suas sócias, além da presença de outros elementos discutidos ao longo do presente estudo.

A partir daí os maridos e a comunidade enxergam nas associações uma alternativa confiável na geração de renda e emprego. A família, em especial os maridos começam ajudar suas esposas nas tarefas básicas da casa (lavar louças e fazer o almoço) em sua ausência, além de ajudar no que era possível para a produção dos derivados da castanha.

Apesar das contribuições do marido ou dos filhos a divisão sexual do trabalho leva estas mulheres a uma dupla jornada de trabalho, tendo que dar conta do trabalho na associação e nas tarefas domésticas, já que as tarefas domésticas realizadas pelo marido e filhos são as básicas resta à lavagem de roupa, limpar e arrumar a casa entre outras citadas no desenvolvimento do estudo.

Nas conversações observou que o trabalho da mulher é reconhecido como “ajuda ao marido”, leva a constatar que o trabalho da mulher é desvalorizado reduzido a ajuda, não sendo considerado como um trabalho produtivo, que demanda esforço num conjunto de pequenas etapas que inicia na coleta da castanha e da banana e termina nas longas onze horas por dia de trabalho dentro da cozinha comunitária das associações, quando estas lacram as embalagens dos produtos para a entrega.

Apesar deste ponto observado é fato que ao contribuir na renda familiar à mulher/ esposa tenha uma maior participação nas decisões familiares, o casal passa a tomar decisões juntos, mas a decisão mais forte ainda é do marido. Com o conjunto metodológico constatou que as relações de gênero na região estudada tende a se transformar ainda mais com a presença da organização das mulheres, pois novos elementos que possibilitam um maior empoderamento começam a ser aproximar dessa organização, o I Encontro Estadual de Mulheres Rurais do Estado do Amapá realizado em março de 2013, esses tipos de espaços se constituem num importante lugar de discussão e articulação das diversas realidades dentro e fora do Amapá.

A presença da organização de mulheres por meio das associações AMAC e AMOBIO desencadeou uma maior participação política das mulheres, que antes não tinham motivação a participar diretamente das discussões e decisões da reserva e das comunidades. Hoje elas possuem uma participação significativa, constituem chapas, discutem e comentam sobre as direções políticas e sociais das associações.

Outro ponto constatado se deu no tocante ao meio ambiente dentro do plano de utilização da reserva as entidades comunitárias tem que desempenharem o papel de cogestores na preservação e na aplicação deste plano. Com isso, a AMAC e a AMOBIO fazem parte desse mesmo objetivo central. Essas associações, e evidentemente as castanheiras que compõem essas associações, encontram-se inseridas dentro de um processo sociocultural de coleta da Castanha.

Desse modo, a alternativa socioambiental do trabalhar com derivados da castanha se deu pelo contexto de preservação da reserva e a necessidade de sobrevivência na floresta, essa constatação não nega a identidade dessas mulheres castanheiras como fator impulsionador para a realização dessa atividade. Pois a pesquisa mostrou que para a aprovação dessa atividade de beneficiamento da castanha percorreu um longo caminho.

Infere-se aqui que as questões norteadoras do estudo no tocante à renda, meio ambiente, participação política e a relação mulher trabalho e família foram respondidas e discutidas, pois antes do trabalho na associação as mulheres realizavam um trabalho individual no interior de cada casa, onde saiam do ambiente doméstico de trabalho e deslocavam-se até as mata, castanhais para desempenhar com seus maridos o extrativismo da Castanha-do-Brasil. Hoje como comprovou a pesquisa as castanheiras do alto da Reserva extrativista do Cajarí no Amapá transformaram suas vidas e as relações que as rodeavam por meio da organização política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANEZI, Carla. **Mulheres nos anos dourados**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p.510-550.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1970

CASTELS, Manoel. **O poder da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.II).

COSTA, Cristina. **Sociologia: Introdução à ciência da Sociedade**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CONDURU, Marise Teles; PEREIRA Jose Almir Rodrigues. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**. 4 ed. Belém: NUMA/UFPA. 2010.

Deere, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso: 20 de outubro 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Magia e medicina na colônia**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p.362-399.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia - dos Clássicos à Sociedade da Informação**. 2. Ed. Sasss: Editora Atlas, 2003.

FILOCREÃO, A. S. M. **A construção Social do Sul do Amapá no Agroextrativismo**. Artigo publicado no IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília: 2008.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá, SEMA, 2002.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro; MODESTO, Allynne Colares Tavora; RIBEIRO, Karina Nymara Brito. **Do campo a Luta: A Gênese da Organização Política dos Trabalhadores Agroextrativistas no Amapá**. Artigo publicado no VI Encontro Nacional da Anppas. Belém, 2012.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p.3- 87.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

GOYENECHE, Priscila Larratea. **Mulheres em movimento: Estudo exploratório sobre a liderança das mulheres em movimentos sociais na região da grande Florianópolis**. Tese (graduação em serviço social) – Departamento de serviço social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes/FASE, 1987.

KRUCKEN, Lia. **Valorização de Produtos da biodiversidade: Integrando competências para um percurso sustentável**. In: Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais. (Org) BARROS, B. S; GARCÉS, C. L. L; MOREIRA, E. C. P; PINHEIRO, A. S. F. Belém: Museu Paraense Emilio Goeld: Centro Universitário do Pará, 2006.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOARES, Maria Lygia Quartim de. **Vinte anos de feminismo**. Tese (pós-doutora em livre-docência) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/ UNICAMP. cidade?: Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no Terceiro Milênio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1997.

PAULILO, Maria Ignez. **Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Patrimônio.** Cadernos de Pesquisa, Florianópolis, PPGSP/UFSC, n. 21, jun. 2000.

RAMIREZ, Maria Clemencia. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** BOAVENTURA, de Sousa Santos (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

RÊGO, J. L. e ANDRADE, M. P. **História De Mulheres: Breve Comentário Sobre O Território E A Identidade Das Quebradeiras De Coco Babaçu No Maranhão.** Revista: Agrária, São Paulo, Nº 3, pp. 47-57, 2006.

ROCHA, M. R. T. da. **A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pela libertação do “coco preso” e pela posse da terra.** Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Quito: Equador, 2006.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Revista: Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil - junho /2009.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma Categoria útil para Análise Histórica.** Tradução: DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. 1989.

SILVEIRA, Isabel Orestes e SCHUWARTZ, Rosana. **Mulheres quebradeiras de coco de babaçu: ações em prol da preservação do meio ambiente e da economia sustentável.** Anais do XXI Encontro Estadual de História –ANPUH-SP - Campinas, setembro, 2012.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** In: BORBA, Ângela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (orgs.). Mulher e Política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, nd.

TOURAINÉ, Alain. **O pós socialismo.** Tradução: Sonia Goldfeder e Ramon Américo Vasques. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo Paradigma: Para compreender o mundo de hoje.** Tradução: Gentil Avelino Tilton. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate.** Tese (Mestre em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH/ UFSC. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.